

OLEIDES FRANCISCA DE OLIVEIRA

**INDICADORES RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DE TURISMO
SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA da Fundação Universidade Federal de Rondônia como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Siena

**PORTO VELHO
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FICHA CARTOGRÁFICA

Oliveira, Oleides Francisca

O482i Indicadores relevantes para a avaliação de Turismo sustentável do município de Guajará-Mirim/RO. / Oleides Francisca de Oliveira. – Porto Velho, 2009.

108f. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Siena

Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

1.Desenvolvimento Sustentável. 2. Turismo sustentável. 3. Indicadores de sustentabilidade. I. Autor. II. Título.

CDU 379.85:504

OLEIDES FRANCISCA DE OLIVEIRA

**INDICADORES RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL
NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho-RO, 2009.

**Prof.Dr. Wanderley Rodrigues Bastos.
Coordenador do Programa**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Osmar Siena - UNIR
Orientador – Presidente da Banca Examinadora**

**Prof. Dr. Haroldo Cristovam Teixeira Leite - UNIR
Membro Titular – Examinador Externo**

**Prof. Dr. Vanderlei Naniesi - UNIR
Membro Titular - PGDRA**

**Profa. Dra. Arleide Bandeira Cenem
Membro Suplente - PGDRA**

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as pessoas que, colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao prof. Osmar Siena, uma pessoa admirável e amiga, pelo trabalho de orientação, ensino, paciência, apoio e credibilidade.

Aos professores Haroldo Cristovam Teixeira Leite, Manuel Antonio Valdés Borrero, Tomás Daniel Menéndes e Vanderlei Naniesi, pela valiosa colaboração e orientação na qualificação e defesa da Dissertação.

Aos professores Celso, Anselmo e Lilia, pela orientação dos primeiros passos.

Ao colega de trabalho professor George Estrela, pelo apoio e incentivo durante a pesquisa.

Aos meus pais, Benedito e Maria Cândida, irmãs, Ilidia, Selma e Marlucia, filhos, Rafael e Fernanda, e minha nora Melissa, pelo amor, apoio, incentivo e paciência.

A minha cunhada Carmem Claros, pelo apoio e credibilidade no primeiro passo de docente.

Ao companheiro Orlando, pela compreensão durante a ausência no convívio.

Em especial aos amigos Gleimíria e Carlos Alberto, pela amizade, incentivo e apoio nos momentos difíceis quando precisei.

À Universidade Federal de Rondônia – UNIR, aos professores e Servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente-PGDRA.

Dedicatória

Dedico aos meus pais, Benedito Francisco de Oliveira e Maria Cândida de Oliveira por mais um objetivo conquistado e aos meus filhos, Fernanda Mayara Oliveira Claros e Rafael Oliveira Claros por mais uma vitória.

OLIVEIRA, Oleides Francisca. Indicadores Relevantes para avaliação do Turismo Sustentável do município de Guajará-Mirim (RO). 108fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, UNIR, Rondônia, 2009.

RESUMO

A comunidade científica e organizações das mais diversas têm desenvolvido uma ampla gama de metodologias, métodos e ferramentas, incluindo conjunto e sistemas de indicadores para avaliar a sustentabilidade. Em relação a determinadas atividades, como a turística, não há um sistema consolidado de indicadores. Neste aspecto, os estudos não são conclusivos, apesar de a Organização Mundial do Turismo e outras organizações realizarem esforços para desenvolvê-los. Os estudos são mais escassos ainda em relação à ambientes peculiares, como regiões localizadas na Amazônia, onde há restrições para o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais. Este trabalho se insere neste contexto. Seu propósito foi encontrar temas e indicadores relevantes, e a importância de cada um, para avaliação de turismo sustentável do município de Guajará-Mirim, localizado no estado de Rondônia, na divisão com a República da Bolívia. Considerando que o referencial teórico-empírico apontou que, apesar da existência de várias iniciativas sobre indicadores de turismo, não há um conjunto consolidado, foi elaborada uma lista 5 (cinco) dimensões, 20 (vinte) temas e 59 (cinquenta e nove) indicadores potenciais, submetidos ao crivo de uma amostra de atores sociais representantes de organizações públicas, privadas e não-governamentais atuantes no município. Os atores foram instados a indicar a relevância de cada tema e indicador para avaliar turismo sustentável do município, além de sugerir outros que considerassem relevantes. Foram considerados relevantes os temas e indicadores que receberam média de respostas de 6 (seis) ou mais, numa escala de 1 (um) a 10 (dez) pontos. Visando a construção de um conjunto de dimensões, temas e indicadores relevantes, os dados obtidos por meio da consulta foram analisados por meio da estatística descritiva que serviu de base para uma segunda análise, qualitativa, com objetivo de eliminar ou combinar temas e indicadores para corrigir sobreposições ou quando a avaliação apontou sua não aplicação para o objeto de estudo. Os resultados das análises das respostas apontaram que, na visão dos atores chaves, todos os temas apresentados são relevantes e apenas dois indicadores potenciais não foram considerados relevantes. Pela análise qualitativa, constatou-se sobreposições de questões, ensejando a combinação de dimensões, temas e indicadores. A partir das análises, chegou-se a uma configuração final de um conjunto envolvendo 4 (quatro) dimensões, 13 (treze) temas e 45 (quarenta e cinco) indicadores para avaliação do turismo sustentável do município.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Indicadores de sustentabilidade e Atividade turística.

OLIVEIRA, Oleides Francisca. Indicadores Essenciais para avaliação da atividade turística no município de Guajará-Mirim (RO). 108fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, UNIR, Rondônia, 2009.

ABSTRACT

The scientific community and several organizations have developed a wide range of methodologies, methods and tools, including all systems and indicators to assess the sustainability. For certain activities, such as tourism, there is a consolidated system of indicators. Here, the studies are not conclusive, although the World Tourism Organization and other organizations carry out efforts to develop them. Studies are even more scarce in relation to specific environments, such as some regions located in the Amazon, where there are serious restrictions to the development of traditional economic activities. This work falls in this context. Its purpose was to find topics and relevant indicators, and the relevance of each, for assessment of sustainable tourism in the municipality of Guajará-Mirim, located in the state of Rondônia, in the division with the Republic of Bolivia. Whereas the theoretical and empirical references indicated that, despite the various initiatives on indicators of tourism, there is a consolidated set, a list of 5 (five) dimensions, 20 (twenty) subjects and 59 (fifty-nine) potential indicators, subject to scrutiny a sample of social actors representatives of public organizations, private and non-governmental organizations working in the municipal district. The actors were required to state the relevance of each topic and an indicator to evaluate sustainable tourism in the municipal district, other than to suggest that they consider relevant. We considered the relevant issues and indicators that have received answers from an average of six (6) or more on a scale of 1 (one) to 10 (ten) points. Aiming to build a range of sizes, themes and relevant indicators, the data obtained through the consultation were analyzed using descriptive statistics which served as the basis for a second analysis, qualitative, in order to eliminate or combine sizes, themes and indicators to correct overlapping or when the evaluation showed that no application for the object of study. The results of the analysis of responses indicated that in view of the key actors, all the topics presented are relevant and only two potential indicators were not considered relevant. For the qualitative analysis found overlapping issues, rise to a combination of sizes, themes and indicators. From the analysis, it was reached a final configuration of a series involving 4 (four) dimensions, thirteen (13) subjects and 45 (forty-five) indicators for assessment of sustainable tourism in the municipal district.

Key words: Sustainable development, sustainability indicators and tourist activity.

LISTA DE SIGLAS

ACCOR – Cadeia Hoteleira de Âmbito Mundial

AFIT – Agence Française pour l’Ingénierie Touristique

ALCGM - Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim

BS - Barômetro de Sustentabilidade

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAERD – Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia

CERON – Centrais Elétricas de Rondônia

CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica

CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

CNUAD ou UNCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

CSD – Commission on Sustainable Development

DS – Desenvolvimento Sustentável

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EEA – European Environmental Agency

EF - Ecological Footprint

EFM - Ecological Footprint Method

EFMM - Estrada de Ferro Madeira Mamoré

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPA – Agência Americana para Proteção do Ambiente

FEFOPEM – Festival Folclórico Pérola do Mamoré

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GPI - Indicador de Progresso Genuíno

IATA - Colônia de Agricultores (município de Guajará-Mirim)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH ou HDI - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA/MA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Ministério da Agricultura

INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPC – Índice de Preços do Consumidor

IUCN – União Internacional de Conservação a Natureza

MERCONSUL – Mercado Comum do Sul

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OECD - Organization For Economic Cooperation And Development

OMT ou WTO - Organização Mundial do Turismo

ONU – Organizações das Nações Unidas

PE - Pegada Ecológica

PIB - Produto Interno Bruto

PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRODES – Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas

RAIS – Relação Anual de Informação Social

SEDAM – Secretaria de Estado Desenvolvimento Ambiental

SEEA – System of Integrating Environment and Economic Accounting

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMCET - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SIET-MAC - Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia

SNA – Sistema de Contas Nacionais

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UICN - International Union for Conservation of Nature

UNCSD - Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

UNDP - United Nations Development Programme

UNEP - Programa Ambiental das Nações Unidas

WCED - World Commission on Environment and Development

WTO/WTTC/EC – Organização Mundial do Turismo/Conselho Mundial de Viagens e Turismo/Conselho da Terra

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores fundamentais do turismo sustentável (OMT 1997).	34
Quadro 2 - Estudos de casos: desenvolvimento sustentável do turismo.	37
Quadro 3 - Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.	38
Quadro 4 - Framework Conceitual para Avaliação de Turismo Sustentável.	40
Quadro 5 - Principais fases do desenvolvimento e utilização de indicadores (OMT, 2005). ..	43
Quadro 6 – Relação dos componentes e indicadores de turismo sustentável.....	47
Quadro 7 - Modelo da ficha de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo.	49
Quadro 8 – Lista de temas, subtemas e indicadores criados no âmbito do SIET-MAC.	50
Quadro 9 – Calendário de eventos município de Guajará-Mirim 2008.....	57
Quadro 10 – Dimensões/temas, subtemas e indicadores relevantes.....	62
Quadro 11 – Resumo das alteraes realizadas nas dimensões, temas e indicadores.....	75
Quadro 12 – Ficha metodológica de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo.	79
Quadro 13 – Descrição dos Indicadores e Informações necessárias para Mensuração.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de Organização onde trabalham os respondentes.	63
Gráfico 2 - Grau de instrução dos respondentes.....	64
Gráfico 3 – Faixa etária da idade dos respondentes.	64
Gráficos 4 - Resultados da média, índices e relevância do tema.....	66
Gráficos 5 - Resultados da média, índices e relevância dos indicadores	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grau de importância dos temas para dimensão Sociedade e Cultura.....	65
Tabela 2 - Média e grau de relevância dos temas para as dimensões.....	67
Tabela 3 - Média, e grau de relevância de indicadores para tema.....	69
Tabela 4 - Relevância dos temas e indicadores para avaliar turismo sustentável no município.	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	13
1.2 OBJETIVOS	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 Organização do Trabalho	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO.....	18
2.1 Desenvolvimento Sustentável	18
2.2 Indicadores de sustentabilidade	21
2.3 Turismo Sustentável	25
2.4 Indicadores de Turismo Sustentável.....	30
3 TURISMO NO CONTEXTO ESTADUAL E LOCAL	51
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
4.1 Etapas ou Fases da Pesquisa.....	58
4.2 Composição da Amostra	58
4.3 Instrumentos e Forma de Coleta de Dados	59
4.4 Análise dos dados.....	60
5 DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
5.1 Dimensão, Temas e indicadores Potenciais	62
5.2 Caracterização dos respondentes.....	62
5.3 Seleção dos Temas Relevantes e Grau de Relevância	65
5.4 Indicadores Relevantes por Tema e Grau de Relevância	68
5.5 Agrupamento de Dimensões, Temas e Indicadores.....	70
5.6 Dimensão, Temas e Indicadores Relevantes e Grau de Relevância	76
5.7 Descrição e Dados Necessários para Mensuração dos Indicadores	79
5.8 Cálculo dos Indicadores	88
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	89
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	97
APÊNDICE B – DADOS DOS RESPONDENTES E DADOS E RESULTADO SOBRE RELEVÂNCIAS DOS TEMAS E INDICADORES.....	102

1 INTRODUÇÃO

Um desenvolvimento pode ser dito sustentável se ele for capaz de atender as necessidades humanas em longo prazo, com qualidade de vida, sem destruir a natureza, pois esta é a fonte de recursos para suprir os desejos econômicos e sociais humano.

O conceito de desenvolvimento sustentável está em discussão, pois ele está relacionado a aspectos do processo de desenvolvimento, em contínua mudança. Dentre as definições mais aceitas está a que consta no Relatório Brundtland, da World Commission on Environment and Development (WCED), destacando que o desenvolvimento sustentável é que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BELLEN, 2007). Assim, desenvolvimento sustentável pode ser descrito como um estado ou um conjunto de condições positivas e adequadas que persistem ao longo do tempo.

Uma forma de avaliar sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável de uma região ou atividade é por meio de sistemas de indicadores (SIENA, 2002), pois eles fornecem informações que podem auxiliar na compreensão do sistema estudado e permitem uma melhor compreensão de seu estágio.

Indicadores mais desejados são aqueles que resumem ou simplificam as informações relevantes, fazendo com que certos fenômenos que ocorrem na realidade se tornem mais aparentes nesse aspecto, que é particularmente importante na gestão ambiental.

A comunidade científica tem desenvolvido uma ampla gama de ferramentas para avaliar a sustentabilidade, incluindo indicadores e índices relacionados com produtos de avaliações integradas (NESS et al., 2007). Para Ness et al. (2007), a avaliação da sustentabilidade fornece mecanismos para decisões do global e local, integrando sociedade-natureza e sistemas no curto e em longos prazos, a fim de ajudá-los a determinar que ações devem ou não ser tomadas rumo a uma tentativa de sociedade sustentável.

Existem vários sistemas de indicadores e ferramentas para avaliar a sustentabilidade, dentre elas as mais conhecidas e indicadas, segundo Siena (2002) e Bellen (2007), são: “Ecological Footprint” (EF) ou “Pegada Ecológica” (PE) (Wackernagel e Rees, 1996; Wackernagel et al., 1997; Wackernagel e Yount, 2000), Barômetro de Sustentabilidade (BS) (Prescott-Allen, 1995), Indicador de Progresso Genuíno (GPI) (Cobb et al., 1995 apud SIENA, 2002), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH ou HDI do inglês) e a metodologia desenvolvida pela Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

(UNCSD, 1996; 2001; 2006). Essas metodologias ou sistemas são as mais aplicadas para avaliação de nações ou regiões.

Em relação às atividades específicas, como a turística, não há um sistema consolidado de indicadores. De acordo com Weaver e Lawton (1999), estudos de indicadores de turismo estão ainda na sua infância, apesar da Organização Mundial do Turismo (WTO ou OMT) e outras organizações realizarem esforços esporádicos para desenvolvê-los (SIRAKAYA et al., 2001).

1.1 PROBLEMA

A primeira fase da história de Rondônia está diretamente ligada ao período de expansão que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, correspondendo à procura do ouro na vila de Santíssima Trindade no Vale do Guaporé, hoje em terras do Mato Grosso. Deste período, um marco histórico que resistiu ao tempo, e que pertence atualmente à Rondônia, corresponde às ruínas do Real Forte Príncipe da Beira (Tratado de Madrid, 1750) construído em 1776 (MC & A, 1995). A segunda fase é marcada pela instalação da linha telegráfica entre 1907-1915, no lado leste do estado e pelo trabalho extrativo, com a conseqüente instalação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), um empreendimento arrojado para o período e que cumpriu sua função até 1972 e que tinha por finalidade o escoamento da borracha (MC & A, 1995). Em decorrência desta economia, surgem no eixo da ferrovia inúmeras vilas, que imediatamente após o declínio da borracha entram em decadência. Sendo que os principais núcleos os de Porto Velho e Guajará-Mirim, em seus extremos resistem, ao declínio da borracha. Guajará por sua vez, adquire um papel de pólo no eixo do Vale do Guaporé e Porto Velho recebe novo incremento da economia extrativista da cassiterita, sem coroar o papel de centro administrativo do território (MC & A, 1995). A terceira fase, que pode ser denominada de "Ciclo da Mineração e passagem para Agropecuária". A extração de minério de Cassiterita (estanho) em Rondônia na década de 50, determinou novos rumos e tendências no desenvolvimento sócio-econômico exigindo implementação de infra-estrutura necessária à produção, exportação e comercialização deste minério, como a construção de vias de transportes para ligar as áreas produtivas às áreas dos parques industriais do eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais (MC & A, 1995).

A construção da atual Rodovia BR-364 que liga Rondônia a estes centros através de Mato Grosso, contribui para o deslocamento do corredor de exportação e importação. A

construção da rodovia revelou a existência de terras de "alto teor de fertilidade" propícias para a agricultura, coincidindo com: a campanha de integração da Amazônia. A quarta fase inicia-se a partir da instalação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, convergindo para Rondônia o maior fluxo migratório que já se teve conhecimento no Brasil (MC & A, 1995). O INCRA desenvolveu e implantou a política de "assentamento", via projetos de colonização integrados - PICs, a exemplo um dos mais divulgados o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Ainda na década de oitenta, diante da não sustentabilidade dos projetos e um crescente processo migratório interno, o governo busca alternativa através da elaboração de um novo programa, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO). Trata-se de um projeto que veio substituir os programas de governo iniciados durante o POLONOROESTE (MC & A, 1995).

Segundo Ferreira (1994), o PLANAFLORO entre outros objetivos, propôs à longo prazo adequar o planejamento governamental a uma nova ordem, que levaria em conta a vertente ecológico-ambiental e humana. Inicialmente, o projeto propôs dividir o Estado em 06 (seis) zonas de usos diferenciados; centrados na exploração dos recursos florestais e potencial ecológico e tendências das aptidões, principalmente visando disciplinar os usos no eixo da BR 364, densamente ocupada, e altamente degradada, cujos problemas vão além dos pertinentes à questão ambiental, principalmente os de ordem social, decorrentes do crescimento urbano, que se deu de forma descontrolada, cujas cidades atualmente são problemáticas do ponto de vista do saneamento e demais serviços públicos (MAPA, 1998).

O município Guajará-Mirim, por seu turno adquiriu o status de município em 1928, recebendo esse nome que em Tupi Guarani significa Cachoeira Pequena. Deixou de pertencer ao Estado do Mato Grosso em 1943, passando a integrar o Território Federal do Guaporé (MARIALVA, 1999). O município é um dos mais antigos do estado. O início de seu desenvolvimento foi com a extração da borracha e castanha, pela estrada de ferro Madeira Mamoré (EFMM). Encontra-se em uma região de preservação ambiental e reservas indígenas. Devido suas limitações para o desenvolvimento de atividades econômicas/tradicionais, o município encontra-se hoje estagnado do ponto de vista do crescimento econômico.

A principal via de acesso até Guajará-Mirim atualmente é a BR 364- e a BR 425, que por sua vez tem um entroncamento com a BR 421, ligando Mamoré a Ariquemes. Esta última foi construída por madeireiros e causando conflito com os índios, por circundar áreas de reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau (MARIALVA, 1999).

Do ponto de vista econômico, até a primeira metade do século XX não havia produção agrícola. Para atender a esta necessidade da população que se originou durante os ciclos da

borracha e que já era numerosa, o governo federal implantou a Colônia de Agricultores o IATA, para atender à produção de alimentos. É o principal setor produtivo do município, desenvolvem somente o que denominam no local de lavoura branca: arroz, feijão, mandioca, entre outros produtos de ciclos anuais. O excedente agrícola é comercializado no próprio município.

Além da atividade tradicional de subsistência familiar, a população desenvolve atividades extrativistas com base na floresta, principalmente a extração da seringa (as Resex), juntamente com a pesca para sobrevivência.

Quanto à sustentabilidade do município, em estudo recente de indicadores de sustentabilidade de Guajará-Mirim (COSTA, 2008), considerando a avaliação por duas metodologia Nações Unidas, (Driving Force/State/Response (DSR ou DF/S/R) ou Direção de Força – Estado – Resposta (UNCSD, 2006) e método para avaliação do bem-estar ou barômetro de sustentabilidade (BS), (PRESCOTT-ALLEN, 2001). Considerando a metodologia da UNCSD, Costa (2008) constatou que em relação aos aspectos sociais e econômicos, o município não apresenta desempenho satisfatório. Com um índice geral de 52,23 o município está longe de alcançar a sustentabilidade.

Os índices obtidos, com a utilização da metodologia de avaliação do bem-estar, foram subsistema humano o índice de 36,68, ecossistema com o índice de 75,69 e índice para o município de 56,19. De acordo com a metodologia utilizada, apenas o índice para ecossistema se encontra num faixa próxima da sustentabilidade. O índice para as questões humanas está num estágio de insustentabilidade.

Destaca-se que os resultados seriam ainda piores se o município não tivesse mais de 90% (noventa por cento) de seu território destinado a áreas de preservação e reserva ambiental (COSTA, 2008).

Em termos econômicos, a ocupação agrícola e pecuária de Rondônia, não trouxe as benesses do desenvolvimento econômico para o município tendo em vista a concentração da produção ao longo da rodovia BR 364.

A criação da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM), durante a década de 1990, ainda hoje não encontra força para atingir seu principal objetivo que é promover o desenvolvimento da região.

O turismo surge como a atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável da região devido o grande número de áreas de preservação ambiental, cultura tradicional e acervo histórico.

Diante do cenário apresentado por Guajará-Mirim, pareceu importante e oportuno discutir qual o conjunto de indicadores considerados relevantes para avaliar turismo sustentável para o município, bem como quais as informações necessárias para a avaliação da atividade, respondendo ao seguinte questionamento: quais os indicadores relevantes e quais as informações necessárias para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim (RO)?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo foi identificar temas e os indicadores relevantes e as informações necessárias para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim (RO).

Em termos específicos a pesquisa visou:

- ✓ Identificar os temas para avaliação do turismo sustentável;
- ✓ Identificar os indicadores essenciais para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim;
- ✓ Descrever os indicadores destacando as informações necessárias para mensuração dos mesmos.

1.3 JUSTIFICATIVA

A atividade de turismo na região do município de Guajará-Mirim/RO é apontada como uma das alternativas para o desenvolvimento local na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Para tanto, se faz necessário dotar a gestão pública de instrumentos que permitam o planejamento e acompanhamento do desenvolvimento da atividade de forma a buscar a melhoria de condições de vida da população com sustentabilidade. Por isso, em termos práticos, seus resultados poderão oferecer ferramentas que possam garantir a sustentabilidade desta atividade, pois oferecerá uma relação de indicadores essenciais para avaliação do turismo, ao tempo que indicará quais informações devem ser coletadas para este fim.

O turismo é atividade econômica que envolve muitos outros setores, níveis e interesses da sociedade, e, por seu turno, pode proteger o ambiente, parte essencial do seu próprio

desenvolvimento, uma vez que sem uma adequada qualidade ambiental, o turismo pode ser comprometido.

A sustentabilidade do turismo tem sido definida de diversas formas, de acordo com as diversas concepções políticas, econômicas, culturais e sócio-ambientais na qual os diversos destinos turísticos são introduzidos e desenvolvidos (BELL; MORSE, 1999; KO, 2005). Por isso, a importância de trabalhos dessa natureza.

Do ponto de vista teórico, o trabalho pode contribuir para melhor compreensão de quais indicadores e informações são necessárias para avaliação do turismo sustentável.

Em relação à contribuição prática, pode oferecer subsídios para os tomadores de decisão sobre turismo do município, uma vez que até o momento em que se deu o início à pesquisa não foi identificado nenhum trabalho científico e ou projeto de construção ou aplicação de indicadores de sustentabilidade do turismo como desenvolvimento sustentável no município e região de Guajará-Mirim/RO.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está organizado em 6 capítulos, da seguinte forma:

No primeiro capítulo foi desenvolvido a introdução, apresentado o problema, o objetivo geral e específicos, e a justificativa.

No capítulo seguinte trata-se de uma revisão da literatura com conceitos e discussões de temas teórico-empíricos necessários ao desenvolvimento do trabalho como: desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade, turismo sustentável, indicadores de turismo sustentável.

O terceiro capítulo desenvolve um tema sobre o turismo no contexto estadual e local.

Os procedimentos metodológicos são contemplados no capítulo quatro, iniciando pelas etapas e fases da pesquisa, na seqüência a composição da amostra, instrumento e forma de coleta de dados, análise dos dados.

No capítulo cinco foram relatados os dados e análise dos resultados da pesquisa apresentando: dimensões, temas e indicadores potenciais; caracterização dos respondentes; seleção dos temas e indicadores relevantes e grau de relevância; agrupamento de dimensões, temas e indicadores; dimensão, temas e indicadores relevantes e grau de relevância; descrição e dados necessários para mensuração dos indicadores e cálculos dos indicadores.

No capítulo seis foram apresentadas as conclusões e sugestões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conceituar desenvolvimento sustentável é tarefa complexa. Segundo Bellen (2007), existe uma variedade de abordagens que procuram explicar o conceito. Por isso, são várias as definições encontradas na literatura. O conceito está associado ao estabelecimento de limites ao crescimento, no início dos anos 70 do século XX. As primeiras formulações surgem ligadas ao aparecimento do movimento ecologista, aparecendo termos como eco-desenvolvimento, crescimento orgânico, crescimento zero, etc. As preocupações estavam centradas, essencialmente, em estabelecer limites ou mesmo travar os efeitos negativos do desenvolvimento (D.R.E, 2006). O aparecimento do termo deve ser creditado à Conservation of Naturel Resources (IUCN), por meio do documento World's Conservation Strategy (IUCN et al., 1980), no qual se afirma que: para ser sustentável, o desenvolvimento devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social, ecológica, fatores econômicos dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazos de ações alternativas.

De acordo com Siena (2002) a Conferência das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo (1972) reconhece a importância da gestão ambiental; representa um grande avanço para a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável ao declarar que o desenvolvimento econômico vigente deveria ser alterado. Na mesma época, um grupo de especialistas e cidadãos se reúne em Roma (Grupo conhecido como Clube de Roma) para analisar a crise ambiental, produzindo um relatório enfatizando que a sociedade industrial caminhava na direção de exceder os limites ecológicos mantidos o crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970 (SIENA, 2002). Nos anos seguintes, vinculou-se definitivamente o tema ambiente ao tema desenvolvimento, e o termo “eco desenvolvimento” aparece na revisão do relatório da ONU de 1978 (MATOS, 1997; SIENA; COSTA; OLIVEIRA, 2007).

Apesar de ser uma consequência das preocupações expostas na Conferência de Estocolmo, o conceito surge formalmente com o Relatório Brundtland (MATOS, 1997) que propõe o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança onde a exploração de recursos, os investimentos e o desenvolvimento, deveriam estar vinculados às necessidades das gerações atuais e futuras (BECKER, 1994).

O conceito inicial que consta no Relatório Brundtland, da Wold Commission on Environment and Development (WCED) “Our Common Future” incluía dois aspectos

importantes: o da solidariedade intergeracional e o da satisfação de necessidades humanas, que levaram a uma mudança de paradigma e a uma reflexão sobre quais as necessidades humanas e, portanto, quais os valores a serem defendidos pela sociedade (D.R.E, 2006).

Para Sachs (2002¹ apud SIENA; COSTA; OLIVEIRA, 2007) a Conferência de Estocolmo colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional, influenciando pensamento sobre desenvolvimento. Para o referido autor, o debate foi norteado por duas posições opostas: pelos que previam abundância e consideravam as preocupações com o meio ambiente descabidas, atrasando o desenvolvimento rumo à industrialização e pelos catastrofistas e pessimistas que anunciavam o apocalipse se o crescimento demográfico e econômico não fosse imediatamente estagnado. Essas posições extremas foram descartadas e uma alternativa média surgiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico: o crescimento econômico é necessário, porém ele deve ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente.

Para Siena (2002), a Conferência sobre Desenvolvimento e Ambiente de 1992 (Rio-92), produziu documentos da maior relevância para lidar com crise ambiental: Agenda 21, desertificação, etc. No entanto, talvez a maior herança da Conferência tenha sido a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável a todas as partes do mundo devido o envolvimento de um variado número de atores no seu processo de preparação que duraram vários anos. Desse modo, a questão ambiental, desenvolvimento menos predatório ou sustentável, passou a fazer parte da agenda da sociedade e dos governos; e, é neste quadro de contradições que as idéias sobre desenvolvimento sustentável romperam fronteiras e tiveram ponto alto na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-1992) onde “[...] o desenvolvimento sustentável foi reconhecido como um novo paradigma universal, embora o conceito não seja claro” (BECKER, 1994, p.130 apud SIENA; COSTA; OLIVEIRA, 2007).

Visando oferecer uma perspectiva menos retórica para a discussão, autores como Sachs (1994; 2002) e Guimarães (1997), chamam a atenção para a necessidade de compreender as dimensões e critérios da sustentabilidade:

A sustentabilidade social, diz respeito ao alcance de patamar aceitável de homogeneidade social, com justa distribuição de renda, emprego com qualidade de vida, igualdade de acesso aos serviços, bem como a redução do abismo abrupto da base da pirâmide social e, assim, reduzir o intervalo entre as classes ricas e pobres.

¹ SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

A sustentabilidade cultural reconhece que a base do desenvolvimento reside na manutenção da diversidade e visa à integração nacional ao longo do tempo, respeitando os direitos das minorias (língua, terras, religião, saúde, etc.)

A sustentabilidade ecológica, do desenvolvimento refere-se à base física do processo de crescimento e objetiva a preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, limitação do uso de recursos não-renováveis e intensificação da pesquisa para obter tecnologias de baixo teor de resíduos e definição de normas para adequada proteção ambiental.

A sustentabilidade ambiental está relacionada com a capacidade de carga dos ecossistemas; a capacidade da natureza para absorver e recuperar-se das agressões antrópicas (GUIMARÃES, 1997). Desse modo, alcançar a sustentabilidade ambiental requer respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Sustentabilidade territorial diz respeito às configurações urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades, estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras (SACHS, 2002), respeito à capacidade de suporte da natureza, cotejamento entre crescimento econômico, taxas de aumento de produtividade e crescimento populacional, sua composição etária e outras variáveis demográficas.

A sustentabilidade econômica pode ser alcançada pela viabilização e implementação de gestão eficiente a fim de reduzir as diferenças regionais, assegurando a segurança alimentar, a modernização contínua dos instrumentos de produção, autonomia na pesquisa científica e tecnológica, inserção soberana na economia internacional.

A sustentabilidade política, por sua vez, vincula-se ao processo de construção da cidadania e à busca de garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento (GUIMARÃES, 1997). Sachs (2002) compreende a sustentabilidade política em duas vertentes: a política nacional, refere-se à democracia com respeito aos direitos humanos, tendo o Estado a capacidade para implementar projeto nacional; e, a política internacional, espelhada na capacidade das Nações Unidas de prevenir guerras e garantindo a cooperação internacional, promoção do co-desenvolvimento do Norte e do Sul, controle do sistema financeiro internacional, aplicação dos acordos de gestão do meio ambiente, etc. (SIENA; COSTA; OLIVEIRA, 2007).

Para Braga et al., (2003), o conceito de sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, embora utilizado de forma ampla nas duas últimas décadas a ponto de se tornar referência obrigatória em debates acadêmicos, políticos e culturais, está longe de possuir significado consensual. É antes um conceito em permanente construção e reconstrução, um

campo de batalha simbólico e uma poderosa ferramenta de marketing, que se tornou uma referência consolidada de padrões de relação entre conservação ambiental e crescimento econômico.

O conceito de desenvolvimento sustentável também é, por natureza, global. O “futuro” é, efetivamente e de modo inevitável, “comum”, no sentido em que nem os fenômenos de desenvolvimento, nem os ambientais e demográficos, se limitam às fronteiras de um país (D.R.E, 2006).

Assim, conceitos e princípios de desenvolvimento sustentável têm sido desenvolvidos como tentativa de ampliar a visão do desenvolvimento tradicional, alicerçado numa perspectiva de crescimento sem a adequada consideração dos efeitos sobre a qualidade de vida, a ecologia e as habilidades das futuras gerações (SIENA, 2002).

Para avaliar o desenvolvimento sustentável de um local ou região, devem ser observados os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Estes, por sua vez, devem ser mensurados e o melhor meio para obter dados sobre esses aspectos é investigando-os por indicadores que sejam representativos dos mesmos.

Para Tunstall (1992; 1994) é necessário que se quantifiquem, se meçam e se comuniquem ações relevantes, em relação aos aspectos considerados essenciais para avaliar desenvolvimento.

2.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Os indicadores de sustentabilidade são importantes instrumentos para avaliar, estimar, mostrar, medir e apontar as condições de determinada região. Servem para verificar se a área diagnosticada é desenvolvida com sustentabilidade.

Indicador deve ser entendido como um parâmetro ou valor derivado de um parâmetro que aponta e fornece informações sobre o estado de um fenômeno (OECD, 1993). Indicador também pode ser compreendido como representação de uma variável que, segundo Bellen (2007), está ligada a qualidade, característica e propriedade de um sistema. A variável é o próprio atributo ou a sua representação, sua imagem ou abstração do sistema. Quanto mais próximo a variável se colocar do atributo, maior é sua relevância para tomada de decisão.

Segundo os pesquisadores do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia - (SIET-MAC) (D.R.E, 2006), um indicador é, antes de mais nada, uma variável que pode tomar diversos valores (quantitativos) ou estados (qualitativos); estes

valores ou estados podem ser medidos diretamente, mas, na maior parte dos casos, resultam da análise e processamento de informação de base. Por vezes, este processamento pode atingir um maior grau de complexidade, através de agregações e combinações, dando origem a índices. Assim, indicadores e índices são da mesma natureza, apenas o grau de complexidade os distingue. Por outro lado, o que distingue um indicador da informação básica, é o fato de o indicador carregar em si um significado que transcende o seu valor.

Quanto às funções dos indicadores, cinco são apontadas como mais relevantes (TUNSTALL, 1994; 1992):

- Avaliação de condições e tendências;
- Comparação entre lugares e situações;
- Avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos;
- Prover informações de advertências; e
- Antecipar futuras condições e tendências.

Os indicadores de sustentabilidade comunicam o progresso em direção a uma meta de forma simples e objetiva, dando ênfase aos fenômenos que tenham ligações entre as ações humanas e suas conseqüências, isso porque têm a capacidade de abordar os diferentes seguimentos sociais, ambientais e econômicos de forma conjunta (BELLEN, 2007; KIECKHOFER, 2005). Por isso, para definir um indicador é necessário clareza e consenso em relação aos conceitos a ele associados, tais como: índice, meta e padrão (BAKKES; COLABORADORES, 1994² apud BELLEN, 2007).

Para elaboração de indicadores, segundo Caldas (1999 apud ZUCARATO 2006) é importante observar parâmetros, tais como:

- Comparabilidade – para permitir sua comparação temporal e espacial;
- Disponibilidade da informação – as bases de dados devem ser acessíveis e, de preferência, constituir séries históricas, para permitir a comparação entre fatores, evolução no tempo e desempenho;
- Normalizados – os resultados dos indicadores devem ser traduzidos para uma escala dimensional. Esse procedimento permite uma mescla entre diferentes indicadores;
- Quantificáveis – devem ser traduzidos em números, sem o demérito da análise qualitativa. Aliás, os indicadores quantitativos devem facilitar uma análise qualitativa do desempenho da gestão;

² BAKKES, J. et al. An overview of environmental indicators: state of the art and perspectives. Unep/EATR 94-01; rivm/4020001001. Nairobi: Environmental Assessment Sub-Programme, Unep, 1994.

- Simplicidade – devem ser de fácil compreensão. Deve-se observar, entretanto, que os indicadores são tentativas até pretensiosas de retratar ou expressar de maneira muito sintética determinados fenômenos e processos complexos.

Bellen (2007) destaca que a necessidade de se desenvolver indicadores de desenvolvimento sustentável está expressa na própria Agenda 21 em seus capítulos 8 e 40. No capítulo 40 da Agenda 21 (sobre a informação para a tomada de decisão), há uma chamada para a necessidade de informação sobre o desenvolvimento sustentável.

A Commission on Sustainable Development (CSD), depois da conferência no Rio de Janeiro, adotou um programa de cinco anos para criar instrumentos apropriados para os tomadores de decisão no nível nacional no que se refere ao desenvolvimento sustentável. De acordo com Bellen (2007), para que o projeto de reflexão e desenvolvimento de indicadores de desenvolvimento sustentável ganhasse maior aceitação política, organizou-se um workshop em 1995, reunindo especialistas de diversas áreas e representante de diversos países e de organizações não-governamentais. O objetivo do workshop foi melhorar a comunicação entre políticos e cientistas e chegar ao um consenso relativo sobre o tema desenvolvimento sustentável e seus indicadores. Os resultados acentuaram a necessidade de criação e desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade, como é descrito numa das partes do relatório final do evento:

A utilidade dos indicadores de sustentabilidade, como mencionado na Agenda 21, foi confirmada pelo workshop. Os usos potenciais desses sistemas incluem o alerta aos tomadores de decisão para as questões prioritárias, orientação na formulação de políticas, simplificação e melhoria na comunicação e promoção do entendimento sobre tendências-chave fornecendo a visão necessária para as iniciativas de ação nacional (BELLEN, 2007, P. 53).

Bellen (2007) identificou as principais ferramentas ou metodologias em desenvolvimento ou utilizadas para avaliação do desenvolvimento sustentável. A partir de 18 (dezoito) diferentes métodos pré-selecionados, relacionados com a temática da sustentabilidade, o referido autor consultou especialistas internacionais para saber a preferência destes na utilização dos métodos. Os mais indicados foram: “Ecological Footprint” ou “Pegada Ecológica” (PE), Barômetro de Sustentabilidade (BS), Indicador de Progresso Genuíno (GPI) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH ou HDI).

A “Ecological Footprint” (EF) ou “Pegada Ecológica” (PE) (Wackernagel e Rees, 1996; Wackernagel et al., 1997; Wackernagel et al, 2000), é uma ferramenta contábil que

calcula a área de terra produtiva necessária para sustentar o consumo de recursos e a assimilação de desperdício para uma dada população ou economia.

O Ecological Footprint Method (EFM) surge como um indicador alternativo para o estudo da sustentabilidade ecológica. Mathis Wackernagel e Willian Rees apresentam a ferramenta em 1996 ao lançarem o livro *Our Ecological Footprint* onde descrevem a metodologia e os resultados que o indicador pode revelar sobre um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a dimensão ambiental. Os autores comentam sobre as vantagens e limitações da ferramenta e rebatem algumas críticas de economistas e outros pesquisadores (ANDRADE, 2006). A PE oferece uma estimativa de demanda agregada a partir da biofísica, produtividade e capacidade de assimilação dos resíduos impostas pela natureza humana e estilos de vida. Embora uma forma única de Desenvolvimento sustentável (DS) indicador, ela baseia-se na avaliação do impacto ambiental, incluindo abordagens produtividade primária líquida de contabilidade, da energia e capacidade de carga do ciclo de vida (WACKERNAGEL; YOUNT, 2000).

O Barômetro de Sustentabilidade (PRESCOTT-ALLEN, 1997) avalia o progresso de uma região rumo à sustentabilidade. Na sua concepção original, a avaliação é realizada por meio de indicadores de saúde social, biofísica e econômica. Na versão mais recente, o índice é uma combinação do bem-estar humano e do ecossistema, cada um é medido individualmente pelos seus respectivos índices.

Segundo Prescott-Allen, um dos principais pesquisadores envolvido no desenvolvimento da ferramenta Barômetro de Sustentabilidade, o método foi desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, que defenderam quatro passos interligados:

- globalidade – considera que as pessoas fazem parte do ecossistema;
- levantar questões – deve-se reconhecer a falta de conhecimento existente sobre essas relações e levantar questões relevantes;
- instituições reflexivas – o contexto das questões a serem levantadas é institucional;
- focada nas pessoas – que são tanto problema como solução. O principal cenário para a ação está na influência e na motivação do comportamento das pessoas (PRESCOTT-ALLEN, 1998 apud BELLEN, 2007).

Prescott-Allen (1998) informa também que o método Barômetro de Sustentabilidade é uma ferramenta que mede e comunica para a sociedade o bem-estar e o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Fornece um meio sistemático de organizar e combinar indicadores que incluam as condições das pessoas e dos ecossistemas e os efeitos de interação entre as duas esferas.

O Indicador de Progresso Genuíno (GPI) (COBB et al., 1995 apud SIENA, 2002) procura desenvolver estimativas para a contribuição econômica de mais de 20 (vinte) aspectos da vida econômica que o PIB ignora, integrando-os numa medida composta. É uma medida de bem-estar de uma nação expressa em termos econômicos, incluindo os valores das atividades mercantis e não-mercantis numa perspectiva de longo prazo.

O índice subtrai três categorias de despesas relacionadas com o consumo: gastos com atividades defensivas para compensar o custo de atividades do passado; custo social; e, a depreciação dos valores ambientais e dos recursos naturais. Como desvantagens, pode-se enumerar: o valor dos produtos e serviços não-mercantis é de difícil mensuração e que necessita de um sistema de contas revisado; a designação de um valor com contribuição positiva ou negativa é arbitrária; e, a lista de contribuições econômicas é oportunista e aberta ao debate.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH ou HDI), desenvolvido pelas Nações Unidas, (United Nations Development Programme - UNDP, 1990, 1994, 1996, 2000, 2001) para classificar performance de países tendo como critério o desenvolvimento humano, é uma função de três componentes, independentes de fatores espaciais e temporais: realização ou desempenho educacional (mensurável pela escolarização de adultos - anos de estudos), longevidade (medida pela expectativa de vida) e padrão de vida (medida pelo poder de compra que é derivado do PIB per capita). Esses três componentes recebem o mesmo peso pela premissa de que eles são igualmente importantes para o desenvolvimento humano. O índice é calculado numa escala nacional, mas, também pode ser ajustado para cálculos em escala sub-nacional.

Para o cálculo do HDI, um valor mínimo e um máximo são fixados para desempenho de cada indicador. O indicador do país é comparado com esses valores de referência. A proporção da distância entre o mínimo e o máximo é calculada para cada indicador. São calculadas as médias de todos os valores para obter o indicador médio (SIENA, 2002).

Essas metodologias são as mais aplicadas para avaliação de nações ou regiões e, com adaptações, para localidades. Como já destacado, em relação às atividades específicas, como a turística, não há um sistema consolidado de indicadores.

2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo consiste num fenômeno histórico, social e espacial que propicia o desenvolvimento de uma atividade econômica, tanto de produção de serviços quanto de

consumo desses por aqueles que buscam o lazer como qualidade de vida.

O turismo se apresenta em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário: nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, na cidade, no campo, na praia, nas montanhas, nas florestas, savanas, desertos, nos oceanos, lagos, rios, nos ares e até nas regiões submarinas (MAGALHÃES, 2002).

Para o desenvolvimento sócio-econômico de uma determinada região, o turismo tem o poder de redistribuição espacial de renda. Segundo Ignarra (2003), o turismo é uma atividade intensiva de mão-de-obra, podendo contribuir para o grande problema da sociedade moderna, que é o desemprego estrutural. É considerada uma atividade sócio-econômica, pois gera a produção de bens e serviços para o homem visando a satisfação de necessidades básicas e secundárias (LAGE; MILONE, 2000 apud DORIA; AZEVEDO-RAMOS, 2007). Em nível mundial, o turismo é a maior atividade econômica existente, com grandes contribuições para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país com a geração de inúmeros empregos, aumento de renda e impostos.

A sustentabilidade do turismo tem sido definida de diversas formas, de acordo com as diversas políticas, econômicas, culturais e sócio-ambiental na qual os diversos destinos turísticos são introduzidos e desenvolvidos (BELL; MORSE, 1999; KO, 2005; CHÁVEZ; OSÓRIO, 2006) e não pode ser separada da política e da sociedade e dos seus problemas de que existem diferenças significativas entre as necessidades das sociedades.

Chávez e Osório (2006) discutem os fatores essenciais para o turismo sustentável. Uma síntese dos significados desses fatores é apresentada na figura 1.

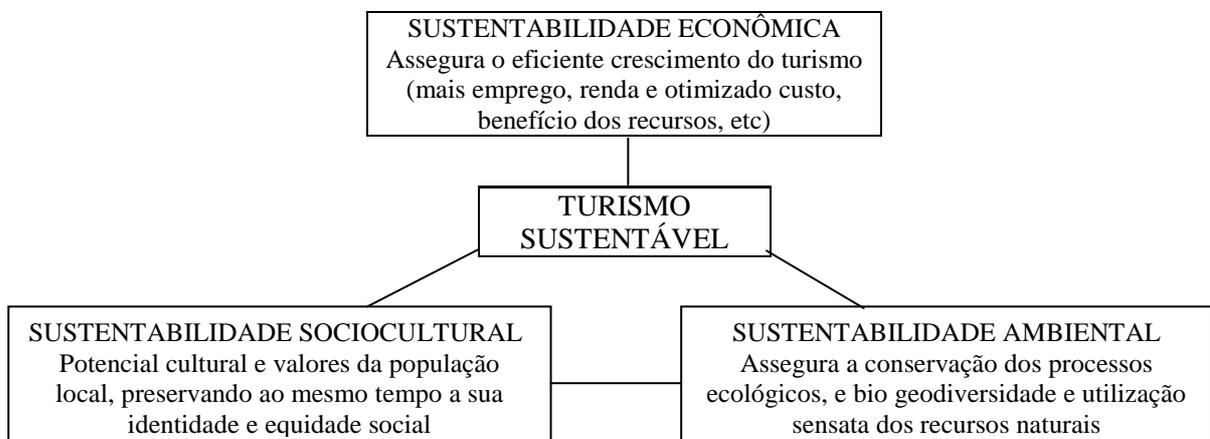


Figura 1 - Fatores de sustentabilidade do Sistema Turístico.

Fonte: Chávez e Osório, 2006.

Em estudos realizados pelo grupo Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia (SIET-MAC) em 2006 apontam que nas últimas décadas, começaram a aparecer novas vias de desenvolvimento do turismo, tanto na procura como na oferta. Os novos turistas procuram espaços tanto quanto possível intactos em termos ambientais e com uma maior integração das características sociais e culturais locais; por seu lado, os espaços receptores procuram vias alternativas de desenvolvimento que permitam reduzir os efeitos negativos do turismo sobre o meio, que assegurem uma mais ampla diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integrem de uma forma harmônica as necessidades dos turistas e as da população local (D.R.E, 2006).

Segundo o grupo SIET-MAC, estas alterações são consequência de uma crescente sensibilização em relação à qualidade ambiental, conhecidos que são os efeitos de degradação paisagística, ambiental, social e cultural que o turismo de massa provocou em muitos locais. As alterações na concepção do turismo contemporâneo inscrevem-se num contexto mais amplo: a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável que tornem compatível o desenvolvimento económico com a conservação dos recursos naturais e o incremento da equidade e da justiça social. Neste sentido, a atividade turística, como atividade interdependente de numerosos setores da economia, tem como única opção a sustentabilidade.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define como Turismo Sustentável, o turismo que leva à gestão dos recursos de modo que as necessidades económicas, sociais e estéticas sejam preenchidas, mantendo a integridade cultural e ambiental, fazendo parte do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável e este se aplica plenamente a um setor de natureza internacional como é o da atividade turística. No entanto, no Relatório Brundtland, a atividade turística não foi objeto de nenhuma referência significativa. Apesar do seu peso nas trocas comerciais internacionais, o turismo não apareceu como uma preocupação aos olhos dos que iniciaram a reflexão em torno da “sustentabilidade”. Para remediar esta omissão, a OMT decidiu investir na preparação da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, conseguindo inscrever o turismo na Agenda 21 (D.R.E, 2006).

Embora a OMT viesse a promover, desde meados da década de 80, políticas de turismo defensoras do ambiente e da cultura, incluindo propostas metodológicas para a sua implementação, a Cimeira do Rio representou claramente um ponto de virada na tomada de consciência sobre a necessidade da aplicação de práticas de sustentabilidade ao turismo. Mais tarde, o Sétimo Encontro da Comissão da União Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável, em 1999, foi exclusivamente dedicado aos desafios da sustentabilidade no setor do turismo. Ainda em Outubro de 1999, em Santiago do Chile, a OMT adotou o Código

Mundial de Ética do Turismo, largamente inspirado na lógica do desenvolvimento sustentável. Todo este trabalho culminou com a preparação da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo e do Ano Internacional do Ecoturismo, ambos realizados em 2002. Na Cimeira de Joanesburgo e no Plano de Implementação que dela resultou, a necessidade de um desenvolvimento sustentável do turismo ganhou uma maior relevância reconhecendo-se, paralelamente, que o turismo pode, em muitos casos, constituir a única atividade susceptível. Em 1998, realizou-se em Lanzarote, uma Conferência sobre Turismo Sustentável em Pequenas Regiões Insulares, seguida de uma Conferência sobre Turismo Sustentável nas Ilhas Mediterrâneas em Capri, em maio de 2000, e outra sobre o mesmo tema dirigido às Ilhas da Região da Ásia-Pacífico, em Hainan, em dezembro de 2000, todas organizadas conjuntamente pela OMT e Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP). Na evolução das relações entre turismo e desenvolvimento houve uma transição paulatina desde o predomínio dos aspectos socioculturais e econômicos do turismo até ao paradigma atualmente onipresente da sustentabilidade (D.R.E, 2006).

Segundo Zucarato (2006), dada a importância que o turismo passou a ter para muitas localidades e com frequência se tornando a principal atividade econômica, a OMT reconheceu a necessidade de desenvolver estratégias para que ele satisfizesse não só as expectativas econômicas, mas também respeitasse os valores sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais, tornando-se uma atividade sustentável em longo prazo. Tais preocupações foram expressas na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial³ e inspiraram o item 5 da Carta do Turismo e o Código do Turista⁴: o crescimento com preocupações ambientais, bem como a definição do conceito de desenvolvimento sustentável levou a OMT, em 1995, a formular sete princípios com a finalidade de nortear o funcionamento dos negócios do turismo sustentável⁵ e suas relações com o entorno. Tais princípios podem ser resumidos na própria conceituação da sustentabilidade do turismo definida pela organização, revisada em 2004. As diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável e as práticas de gestão ambiental: crescimento com preocupações ambientais, bem como a definição do conceito sustentável, são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e seus

³ Assinada em 1980 por 107 países, seus 25 pontos expressam a importância do turismo e a responsabilidade das nações pelo seu desenvolvimento responsável nas sociedades modernas.

⁴ Conhecido como Declaração de Sófia, Bulgária (1985), destaca a importância do turismo na vida das pessoas, nas sociedades e seus efeitos em todas as áreas, conclama as nações para ampliar a cooperação e define as responsabilidades do Estado no seu desenvolvimento, especialmente no fomento da consciência turística entre os povos e na proteção e valorização de forma a contribuir na instauração de uma nova ordem econômica internacional, em que os recursos turísticos são patrimônio da humanidade.

⁵ (i) respeitar a legislação vigente; (ii) garantir os direitos das populações locais; (iii) conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; (iv) considerar o patrimônio cultural e valores locais; (v) estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; (vi) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; (vii) estabelecer o planejamento e a gestão de responsáveis.

diversos segmentos. Os princípios de sustentabilidade se referem aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, devendo estabelecer um equilíbrio adequado entre as três dimensões para garantir sua sustentabilidade no longo prazo (OMT, 2004).

Em 1996, tendo como referência a reunião ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, a Rio 92, com a participação do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, Organização Mundial do Turismo e do Conselho da Terra, foi lançada a Agenda 21 para viagens e turismo no que concerne ao desenvolvimento ambientalmente sustentável (WTO/WTTC/EC, 1995; MONIZ, 2006). Ao transpor os princípios da Agenda 21 global para o setor turístico, este documento visa alterar as prioridades e práticas tradicionais que se têm tornando lesivas ao ambiente e à cultura local dos destinos turísticos. Por isso é que alguns estudiosos da temática, como Middleton e Hawkins (1998, apud KO, 2005) consideram que turismo sustentável ainda é geralmente mais uma aspiração ou objetivo do que algo mensurável ou realizável.

A agenda do turismo sustentável reconhece que as ações e políticas para o turismo precisam contemplar duas vertentes: (i) minimizar os impactos negativos gerados pelo turismo na sociedade e no meio ambiente e (ii) maximizar o potencial turístico criando e contribuindo para a economia local, conservação dos recursos naturais e socioculturais e promover melhor qualidade de vida para as populações locais e os visitantes (ZUCARATO, 2006).

Para o turismo ser estimado como sustentável (DORIA; AZEVEDO-RAMOS, 2007), tal atividade deverá promover o desenvolvimento por meio de um processo que resulte em melhoria das condições de vida das comunidades humanas e ao mesmo tempo, respeite os limites da capacidade de carga dos ecossistemas. Assim, turismo sustentável, é aquele que satisfaz, hoje, as necessidades da atividade, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (SWARBROKE, 2000). Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável deverá ter como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores e otimizar os benefícios econômicos locais, a proteção do ambiente natural e proporcionar igual experiência para os visitantes (CNUAD, 1992; BRAMWELL; LANE, 1993; MCINTYRE, 1993; STABLER, 1997; LEW; HALL, 1998 apud CHOI; SIRAKAYA, 2006).

Segundo Moniz (2006), nas primeiras publicações destinadas a orientar as autoridades locais no planejamento e gestão do turismo tendo em vista a sustentabilidade (OMT,1993), tem sido notória a preocupação da OMT com as particularidades dos destinos insulares de reduzida dimensão. Recomendava-se, então, a determinação da capacidade de carga e do tipo e nível de desenvolvimento mais apropriado a cada caso, a par da consciencialização de

turistas e empresários para proteção do ambiente e da cultura local (OMT,1995; OMT, 1997b). Esta preocupação tem sido objeto de atualização permanente (OMT, 2004; 2005).

Uma das preocupações tem sido o turismo com base na história natural de uma área, incluindo suas culturas nativas, praticados por pessoas que buscam conhecer locais relativamente pouco desenvolvidos com um espírito de sensibilidade, de contemplação da natureza e participação nos costumes locais. Este tipo é definido como ecoturismo (ZIFFER, 1989 apud CINTRA, 2004). Irving; Azevedo⁶ (2002) ressaltam que o ecoturismo é uma alternativa econômica de baixo impacto que, se bem planejada, ordenada, operada e monitorada, tem condições de contribuir de maneira valiosa para sustentabilidade regional.

Na avaliação da sustentabilidade da atividade turística com base local, se faz necessário uma definição de metas e o acompanhamento do desempenho, respeitando a “capacidade” de cargas social e ambiental dos pólos receptores, a integração cultural dos povos, a conservação dos recursos naturais utilizados, gerando mecanismos de distribuição de renda, beneficiando visitados e visitantes (CORIOLANO, 1999; SWARBROKE, 2000; OMT, 2003 apud DORIA; AZEVEDO-RAMOS, 2007).

2.4 INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL

A busca de indicadores de turismo sustentável deve levar em conta muitas das interpretações de turismo sustentável (DIAMANTIS, 1997; ORAMS, 1995 apud CHOI; SIRAKAYA, 2006). Tais indicadores devem ser baseados na natureza multidimensional do turismo (MOWFORTH; MUNT, 1998). Tradicionalmente, o turismo contém desenvolvimento econômico, social ou sócio-cultural e ambiental. No entanto, debates recentes sugerem que o turismo sustentável envolve ainda mais dimensões, entre elas a ecológica, institucional/política, cultural, tecnológicos e as dimensões internacionais, nacionais, regionais e locais (MOWFORTH; MUNT, 1998; BELL, 1999).

De acordo com Weaver e Lawton (1999), se as mudanças forjadas pelo turismo sob todos os aspectos da vida comunitária são monitoradas por indicadores, estes devem ser baseados em relevância política, solidez analítica e mensurabilidade.

Os indicadores podem servir como instrumentos de monitorização do processo, através da identificação das tendências que mais afetam o setor. Contudo, para Silva et al

⁶ IRVING, Ma. e AZEVEDO. **Turismo, ética e educação ambiental** – novos paradigmas em planejamento.

(2001), indicador é apenas um dos pilares necessários à gestão do turismo sustentado. Outros pilares-chave devem ser observados:

- **Estrutura de planejamento para o turismo** - é necessária a existência de um sistema de planejamento e gestão para utilizar a informação proveniente dos indicadores e incorporá-la em tomada de decisões.
- **Monitorização** - uma vez identificados, os indicadores devem ser medidos, listados e organizados, de modo a facilitarem o seu manuseio por parte dos gestores turísticos. Na monitorização ações proativas ou preventivas podem ser adotadas de forma a evitar efeitos indesejáveis.
- **Padrões** - os gestores turísticos podem desenvolver *benchmarking* para avaliar resultados de indicadores, podem ser: limites ambientais, bandeiras azuis nas praias, padrões para água potável e outros. Esse tipo de ação é relevante nas atividades turísticas potencialmente alvo de grandes pressões sobre o ambiente.
- **Afetação de responsabilidade** - cada vez mais, setores como o turismo, tal como outros, tendem a ser responsabilizados tanto no âmbito nacional e internacional, no que respeita aos seus impactos ambientais. A apresentação de relatórios às entidades governamentais e ao público interessado torna-se, uma necessidade para tomada de decisão e avaliar o resultado de gestão.

Para Silva et al. (2001), os indicadores centram-se naquilo que os responsáveis precisam conhecer melhor para reduzir o risco de tomar decisões que, inadvertidamente, possam afetar o ambiente natural ou cultural do qual a indústria turística depende. Isto pressupõe a medição:

- da relação entre o turismo e o ambiente;
- dos efeitos dos fatores ambientais sobre o turismo;
- dos impactos da indústria turística no ambiente.

Os responsáveis, graças a uma gestão suportada por um quadro de indicadores, estarão em condições para:

- identificar conseqüências emergentes, permitindo a sua correção;
- identificar impactos, permitindo agir antes que causem problemas;
- apoiar o desenvolvimento turístico sustentado, identificando limites e oportunidades;
- promover a capacidade de avaliação, desenvolvendo uma tomada de decisão ausente no conhecimento.

Deste modo, associado ao desenvolvimento de indicadores está o pressuposto de que um bom conhecimento dos efeitos ambientais do turismo permite aos gestores turísticos identificar potenciais problemas. Logo, estarão mais capacitados para agir no sentido da redução do risco de afetação dos atributos naturais e culturais do meio. Os indicadores medem a informação através da qual os decisores podem reduzir os impactos causados por falta de conhecimento (OMT⁷, 1996 apud SILVA et al, 2001).

Fazer uma seleção para a construção de indicadores para o turismo não é uma tarefa fácil. Segundo Brasil Jr. (2002), várias são as dificuldades encontradas; (i) escala espacial ante problemas globais, regionais e locais; (ii) abordagem integrada: econômica, social e ambiental; (iii) mensuração da sustentabilidade. Por ser um conceito amplo e complexo, sua mensuração envolve diferentes escalas de sustentabilidade de territórios a empreendimentos; (iv) seu caráter relativo: uma escolha pode ser mais sustentável que outra; (v) o conflito de interesses que envolvem a intrincada rede de relacionamentos dos mais de 52 setores que compõem a sua cadeia econômica, pois além de governo e iniciativa privada é necessário atender uma ampla gama de necessidades e expectativas dos diferentes atores sociais.

A realização da Rio 92, suscitou o interesse generalizado de autoridades governamentais, organismos internacionais e agentes do setor privado para a implementação de práticas de sustentabilidade em todas as atividades econômicas. Desde a conferência, pesquisadores de diferentes países, segundo a Unep (2005), vêm trabalhando no desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o turismo com o objetivo de oferecer aos destinos ou regiões um conjunto de informações tangíveis, visando o diagnóstico da situação presente e contribuir para o planejamento e gerenciamento das atividades que afetam as condições do território, comunidades receptoras e, de maneira mais ampla, os ecossistemas do seu entorno, com o objetivo de que o negócio do turismo continue viável no longo prazo.

Na preocupação de compatibilizar desenvolvimento sustentável na atividade turística, vários trabalhos foram desenvolvidos, destacando o desempenho de autores e especialistas de diversos países. Segundo Wearing e Neil⁸ (2001 apud Andrade 2006, p. 63), “[...] existem três elementos principais no que se refere à capacidade de carga para o turismo: 1) Biofísico (ecológico): relacionado ao meio ambiente natural; 2) Sociocultural: relacionado, principalmente, com o impacto sobre a comunidade receptora e sua cultura; 3) Instalações: referente à estrutura para a experiência do visitante”.

⁷ OMT. Organização Mundial do Turismo. A Practical Guide to the Development and Use of Indicators of Sustainable Tourism (1996).

⁸ WEARING, Stephen; NEIL, John. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.

Um grupo de indicadores de sustentabilidade para o turismo foi publicado em 1994, pela OMT, na Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo, em um livro que aponta ações prioritárias relacionadas com as responsabilidades das instituições governamentais e privadas. Uma delas estabelece que para a promoção do turismo sustentável é necessário que se faça – permanentemente e a partir de indicadores reais, aplicáveis ao local e nacionalmente – um monitoramento no progresso e no desempenho de todas as atividades envolvidas (IRVING; AZEVEDO, 2002; CINTRA, 2004).

Em 1998, a Cadeia Hoteleira de Âmbito Mundial (ACCOR), realizou um trabalho prático no sentido de dotar os hotéis de indicadores ambientais que permitissem descrever a sua situação e compará-la com a dos outros. Essencialmente foram considerados dois tipos de indicadores de desempenho ambiental: indicadores de consumo e indicadores da Carta Ambiental. Estes últimos são baseados em 15 iniciativas da Carta, ligados a quatro áreas: gestão e reciclagem de resíduos, controles de engenharia, arquitetura e paisagem, e de sensibilização e de formação. Os indicadores de consumo referem-se à energia (petróleo, gasolina e gás) e a utilização da água (OMT, 2005).

Em 1999, Middleton e Sieber (D.R.E, 2006) fizeram um trabalho para a European Environmental Agency (EEA), intitulado *Tourism and the Environment at European Level - a practical framework for assessing the issues with particular reference to Coastal Mediterranean and Alpine Regions*, no qual destacam a impossibilidade de se implementar um sistema de indicadores ao nível da Europa que, numa escala nacional, permitisse a comparação entre os diversos países, porque não são comparáveis ou porque as questões abordadas não são passíveis de produzir resultados estatísticos de confiança.

Segundo pesquisadores da SIET-MAC (D.R.E, 2006), em 2001 a Agência Americana para a Proteção do Ambiente (EPA) tentou estabelecer um método de construção de indicadores que medisse o impacto econômico e ambiental de vários sub setores do turismo, mas a metodologia apresentada revelou algumas deficiências no sentido de falta de taxas específicas do turismo.

A Agence Française pour l'Ingénierie Touristique (AFIT) também realizou, em 2001, um trabalho centrado nos territórios e nos stakeholders. Este trabalho põe em evidência o fato da escolha dos indicadores dependerem da escala territorial que se está a investigar, isto é, nível internacional, nacional, regional ou local. Os problemas e as prioridades variam, bem como a disponibilidade da informação; quanto menor a escala, maior é a discrepância entre os indicadores propostos por grandes organizações internacionais e a realidade que eles pretendem retratar (D.R.E, 2006).

Indicadores de desenvolvimento sustentável na área do turismo (CERON; DUBOIS, 2003,2005) também foram desenvolvidos por um grupo de especialistas e publicados na OMT (1997b), por meio de um guia prático de indicadores de turismo sustentável, destinado para aqueles que diretamente estão ligados ao planejamento e gestão nacionais e regionais de desenvolvimento turísticos e para aqueles que são diretamente responsáveis pela gestão dos destinos turísticos. Este trabalho apresenta duas séries de indicadores: indicadores fundamentais para o turismo sustentável e indicadores específicos para cada grande tipo de destino.

Os indicadores sugeridos para fornecer toda a gama de informações necessárias dos países e / ou regiões, estão relacionados no quadro 1.

Indicador	Instrumentos específicos de medida
Proteção local	Categoria de proteção do local de acordo com o índice da UICN.
Influência sobre o lugar	Número de turistas que visitam o site (por ano).
Intensidade de Uso	Intensidade de utilização no período de pico (pessoas / hectare).
Impacto Social	Razão turistas / habitantes (média e no período de pico).
Controle do Desenvolvimento	Existência de um processo para estudar o meio ambiente ou de controles de planejamento e densidade de uso.
Gestão de resíduos	Porcentagem de águas residuais tratadas.
Processo de planejamento	Existência de um plano sistemático para a área do destino turístico (incluindo um "turismo").
Ecosistemas frágeis	Número de espécies raras ou ameaçadas.
A satisfação dos visitantes/ consumidores	Grau de satisfação dos visitantes (de acordo com um questionário).
Satisfação dos moradores	Grau de satisfação dos habitantes (de acordo com um questionário).
Contribuição do turismo para a economia local	Proporção de atividade econômica a nível mundial devido a ligação do turismo.
Índices Compostos	
Turismo/Capacidade de carga	Medida de advertência sobre o estado dos principais fatores que influenciam a capacidade do local para lidar com vários níveis de turismo.
Influência sobre o local/lugar	Medida de impacto sobre o nível local (isto é, em suas características naturais e culturais sob a pressão dos constrangimentos acrescentado do turismo e outros setores).
Atração/Interesse	Medição qualitativa das características do local, que a tornam atraente para o turismo e que podem mudar com o tempo.

Quadro 1 - Indicadores fundamentais do turismo sustentável (OMT 1997).

Fonte: OMT, 1997 apud Ceron e Dubois (2003, p.15).

Ko (2005), ao revisar a literatura sobre desenvolvimento de indicadores para turismo sustentável e avaliação da sustentabilidade do turismo, constata que desde a Conferência Mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento de 1992, muitos programas, acadêmicos, grupos comunitários, organizações governamentais e não-governamentais (ONG's), organizações nacionais e internacionais, têm participado da tentativa de converter intenções em prática. Entretanto, segundo o referido autor, poucas metodologias foram desenvolvidas, apesar de muitos pesquisadores argumentarem que o turismo deve contribuir para o desenvolvimento sustentável. Para Ko, um dos grandes problemas dos estudos nessa área é o fato dos acadêmicos realizarem julgamentos sem critérios com base em medidas.

Ko (2005), considerando as publicações de 1992 a 2000, identifica doze estudos de casos como os trabalhos mais relevantes. Para análise desses casos foram levantados os seguintes aspectos: participação na avaliação (quem decide); componentes da avaliação (o que é examinado); procedimento para seleção dos indicadores (como os indicadores são escolhidos); método de obtenção de dados; método de análise dos dados; cenário de sustentabilidade.

Os quadros 2 e 3 apresentam os resultados das análises dos doze casos realizada por Ko (2005).

Autores	Data	Localização geográfica e tipos	Tópico	Pontos-chave	Tipos de coleta e análise dos dados	
1	Farreil	1992	USA (Maui, Hawaii), política de desenvolvimento do turismo	Turismo como elemento do DS	A situação do turismo não pode ser classificada como DS, se não considera a qualidade de vida das populações locais	Não é claro / descritivo
2	Klemm	1992	France (Languedoc-Roussillon), projeto de Desenvolvimento do turismo	Importância do envolvimento do setor público (ou em parceria com o setor privado) de DST	DST é possível através de um quadro de planejamento e controle do setor público para fornecer proteção para o meio ambiente natural e construído, enquanto respondendo à demanda turismo de massa	As estatísticas oficiais / descritivo
3	Owen et al.	1993	UK (Mid-Gales do Festival Campo/rural), festival	DST um festival no campo/rural	As dependências do turismo sobre a qualidade do ambiente colocam-no em uma posição muito especial em todo o debate sobre o turismo sustentável	Qualitativa (experiência pessoal) / descritivo
4	Gilbert et al.	1994	Kenya e Cameroon, parque nacional	Sustentabilidade questões no Africano parque nacional	Uma abordagem global de um turismo responsável favorecendo adequado desenvolvimento que maximiza o bem-estar da comunidade, o ambiente e os visitantes são procurados	Revisão de literatura / descritivo
5	Mak e Moneur	1995	E.U.A. (Hanauma Bay, Havaí), estratégia da gestão do turismo	Avaliação das estratégias para a gestão do turismo DS	DST é susceptível de exigir a intervenção do governo e de regulação em vez de autorregulação do setor. Recreativo de recursos pode ser racionado usando preço ou não-racionamento preço métodos	Revisão de literatura / descritivo
6	Haukins e Cunningham	1996	E.U.A. (Disney's América do projeto no Estado da Virgínia), projeto de desenvolvimento do turismo	DST e consulta pública	DTS não pode ser concretizada se os cidadãos locais são excluídos a partir do processo de planejamento, independentemente do alcance e os potenciais/benefícios de projetos econômicos do desenvolvimento	Revisão de literatura / descritivo
7	Wilson	1996	Barbados e Santa Lúcia, nas Caraíbas, política de	Questão da sustentabilidade do turismo nas Caraíbas	Políticas de desenvolvimento sustentando o crescimento do turismo DST em vez de gerar muitos problemas, é uma impressionante	Observação, entrevistas e revisão da literatura /

			desenvolvimento do turismo		lacuna entre a teoria e a prática da DST	descritivo
8	Driml e Commea	1996	Austrália (a Great Barrier Reef área do património mundial), património mundial	Economia Ecológica critérios para um turismo sustentável	Para DST, em primeiro lugar, as agências devem ter gestão para gerir as informações de modo a não esgotar capital natural. Em segundo lugar, um declínio não-corrente de net-benefícios económicos deve ser mantido	Revisão de literatura / descritivo
9	Knight, Mitchell e Wall	1997	Indonésia (Bali), projeto de turismo sustentável	Desenvolvimento sustentável, turismo e gestão costeira	Para DST, é recomendada uma abordagem integrada para proteger e reabilitar os ecossistemas costeiros ligados dentro do contexto das políticas do turismo cultural	Observação
10	Tosan	1998	Turquia (Urgup), projeto do desenvolvimento do turismo	Raízes do desenvolvimento insustentável do turismo a nível local	Conseguir DST, a nível local, em um país em desenvolvimento requer duras escolhas políticas, um confiante processo de tomada de decisão e colaboração de operadores turísticos internacionais e agências doadoras	Foco grupo, entrevistas pessoais, observação e experiência pessoal na indústria do turismo / descritivo
11	Sofield e Li	1998	China (Gokh Chin Festival), festival cultural	Histórica metodologia de avaliação e sustentabilidade	Uma decisão sobre a sustentabilidade na ausência de perspectiva histórica e / ou um longitudinal estudo deve ser tratada com cautela	Observação participante e uma situação análise / descritivo
12	Griffan	2000	Irlanda (Lago Derg), os operadores turísticos	A parte prática do turismo sustentável no inquérito às empresas	A indústria turística tem que tentar explorar a chave princípios de DST para transferir as implicações da Agenda 21 para o turismo de planeamento	Questionário vistoria com o turismo indústria / descritivo

Quadro 2 - Estudos de casos: desenvolvimento sustentável do turismo.

Fonte: Ko, 2005, p. 433.

Estudos de Casos: Limitações da Avaliação da Sustentabilidade do Turismo								
Autores dos estudos	Itens incluídos					Análise dos dados/métodos		
	1.Indicação da participação dos interessados	2.Indicação dos componentes da avaliação	3.Processo relação de indicadores	4.Método de coleta de dados	5.Escala de sustentabilidade	6.Grações da sustentabilidade	7.Avaliação Sustentavel dos mapas	8.Sustentab. dos cenários futuros
1. Farrell	Não	sim (mais limitado)	Não	Não	Não	S/INS*	Não	Não
2. Klemm	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não
3. Owen et al	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não
4. Gilbert et al	Não	sim (mais limitado)	Não	Não	Não	S/INS	Não	Não
5. Mak and Moncur	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não
6. Driml and Common	Não	sim (mais limitado)	Não	Não	Não	S/INS	Não	Não
7.Haukins and Cunningham	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não
8.Wilson	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não
9. Knight et al	Não	sim (mais limitado)	Não	Não	Não	S/INS	Não	Não
10. Tosun	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não
11.Sofleld and Li	Não	sim (mais limitado)	Não	sim metodologia etnográfica	Não	S/INS	Não	Não
12. Griffn	Não	sim (mais limitado)	Não	Sim	Não	S/INS	Não	Não

* sustentável/insustentável

Quadro 3 - Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Fonte: Ko, 2005 p. 434.

A partir da análise dos 12 trabalhos estudados, Ko (2005) tirou as seguintes conclusões:

- os indicadores variam de acordo com o destino do turismo;
- muitos julgamentos são feitos pelos autores sem a participação dos interessados;
- somente um pequeno número de indicadores é examinado;
- o processo de seleção dos indicadores geralmente não são apresentados;
- o processo de obtenção dos dados não são apresentados ou a apresentação não é feita de forma clara;
- nenhum autor demonstra a graduação ou escala da sustentabilidade; e,
- os cenários futuros da sustentabilidade não são apresentados, exceto em um dos trabalhos divulgado pelo próprio Ko (2001). Ao analisar esse trabalho, o autor afirma que é o primeiro a argumentar que o turismo sustentável pode ser medido com dados quantitativos, sugerindo o modelo Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (BST).

A partir das análises que realiza, Ko (2005) propõe uma Framework Conceitual para avaliação de Turismo Sustentável, com uma estrutura de oito componentes, conforme quadro 4.

Componentes da Avaliação do Turismo Sustentável						
Sociedade	1. Sistemas	2. Dimensões	3. Indicadores	Informações requeridas objetivos/DST	Metodologia de coleta de dados	4-8. Métodos de análise dos dados
Destino do Turismo	O Sistema Humano	(a) Política		Contribuição do turismo para as necessidades dos residentes locais	Questões de desenvolvimento de residentes locais	A escala de indicadores
		(b) Econômico				Gradações Desenvolvimento Sustentável/avaliação dos mapas - SAMs
		(c) Sócio-cultural				
		(d) Estrutura produção e qualidade dos Serviços de Produção		Contribuição do turismo p/ necessidade dos turistas	Questionário/ Turistas	Avaliação ao longo dos tempos
						Avaliação dos resultados
	O Ecossistema	(e) Impactos Ambientais Gerais		Contribuição do turismo Para as necessidades do ambiente natural	Técnica Delphi p/ espaço ambientais	
		(f) Qualidade ecossistema				
		(g) Biodiversidade				
		(h) Política e Gestão Ambiental				

Quadro 4 - Framework Conceitual para Avaliação de Turismo Sustentável.

Fonte: Ko, 2001, p. 818; Ko, 2004, p. 93; Ko, 2005, p. 437.

Esses componentes possuem as seguintes características (KO, 2005):

1 – **Identificação do sistema** (sistema-humano e ecossistema): a visão tradicional considera o ser humano separado do meio ambiente natural. A sustentabilidade supõe uma relação onde o homem é parte da natureza, por isso, o turismo deve ser pensado visando melhorar e manter o bem-estar das pessoas e do ecossistema. A avaliação de turismo sustentável precisa examinar o sistema humano e o ecossistema simultaneamente;

2 – **Dimensões:** não é razoável o estudo se as dimensões não forem avaliadas com indicadores. Incluem na dimensão do sistema humano os aspectos políticos, econômicos, sócio cultural e estrutura de produção e no ecossistema consideram-se os impactos ambientais gerais, qualidade da água/terra e ar, biodiversidade da flora e fauna e política de gestão ambiental;

3 – **Indicadores:** estes devem ser desenvolvidos para cada uma das dimensões, considerando o que é essencial para avaliação. Para cada tipo de turismo deve-se selecionar um grupo apropriado de dimensões e indicadores para avaliação;

4 – **Escala de sustentabilidade:** o autor sugere a transformação da escala de 0 – 100 adotada pelo Barômetro de Sustentabilidade, para uma escala de 1 – 10 pontos, tendo como principal referência a percepção dos maiores interessados (residentes locais, turistas e especialistas ambientais). O autor utiliza cinco argumentos para justificar o uso desta concepção: dados técnicos, embora úteis para avaliar sustentabilidade geral, não podem ser usados para examinar turismo sustentável, devido a dificuldade de identificar a contribuição da atividade de turismo por meio deles; estudos de percepção ou atitude; participação dos interessados (consulta aos residentes, turistas e especialistas ambientais); avaliar a diferença de opiniões de vários interessados para sugerir média de scores; e o uso dos melhores conhecimentos atuais visando a solução de problemas.

5 – **Divisão das escalas:** podem ser divididas em dois ou mais setores, tendo como extremos a condição excelente (mais sustentável) e péssima (mais insustentável). O autor sugere a adoção de quatro níveis de graduação (5,4,3,2 setores) alertando para o fato de que na ausência de dados precisos somente as escalas de 2 ou 3 setores podem ser apropriadas.

6 – **Na avaliação da sustentabilidade do turismo:** o autor sugere duas formas, por meio de mapas, que possam auxiliar na identificação da situação corrente, e por meio do BST, de forma a indicar de maneira simples aos interessados onde eles estão e para onde está indo em relação de sustentabilidade do turismo.

7 – **Avaliação ao longo do tempo:** é essencial para monitorar o progresso rumo ao turismo sustentável. Uma única avaliação não é suficiente para tirar conclusões em relação de sustentabilidade do turismo.

8 – **Processo de avaliação na tomada de decisão:** o modelo de apresentação de dados deve ter um formato que facilite a compreensão dos interessados. Podendo ser realizada de duas formas: tecnicamente em termo de efetividade e eficiência do processo e coleta; e análise dos dados ou o modelo pode ser avaliado em termos de sua utilidade prática para os interessados.

Em 2005, a OMT volta a publicar um guia sobre indicadores de sustentabilidade do turismo, intitulado “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para os Destinos Turísticos: guia prático”, que contou com a colaboração de cerca de 60 autores de 20 países, criando uma rede de especialistas na matéria. O guia foi desenvolvido para ajudar o gestor de turismo obter e usar as melhores informações possíveis para apoiar a tomada de decisões mais adequadas ao desenvolvimento sustentável do turismo. No desenvolvimento dos indicadores, são consideradas diferentes escalas, principalmente sobre o nível de destino, cujas dimensões podem ir desde uma nação, uma região ou um lugar específico.

O processo de desenvolvimento de indicadores é composto por doze etapas, descritas no quadro 5:

Processo de planejamento	Etapas da elaboração dos indicadores	Função dos indicadores
A. Definição/delimitação do destino/área de desenvolvimento.	Investigação e organização 1. Definição/delimitação de destino (afim de identificar necessidade de informação na elaboração de indicadores.	A definição da área reflete limites dos dados (unidades administrativas ou políticas para acesso e de serviço).
B. Estabelecimento de processos de planejamento participativo.	2. Utilização de processos participativos para elaboração de indicadores.	Os indicadores fazem parte dos processos de planejamento de forma participativa.
C. Formulação do projeto e/ ou declaração da missão.	3. Identificação dos recursos, atraentes e dos riscos de turismo. 4. Definição clara de visão a longo prazo de destino. 5. Seleção dos problemas e questões de políticas prioritárias.	A principal etapa na elaboração de indicadores é a identificação do projeto existente e a definição clara dos elementos chaves.
D. Avaliação inicial e de análise dos benefícios, riscos e impactos (análise da situação)	6. Identificação dos indicadores desejados. 7. Inventário das fontes de dados. 8. Seleção de indicadores. 9. Avaliar a viabilidade de indicadores e os procedimentos de execução. 10. Coleta e análise de dados.	Os indicadores são essenciais para esclarecer os principais problemas, vantagens e os riscos, e para facilitar informações viáveis sobre eles. Os indicadores servem para informar sobre os resultados da avaliação de primeira mão as partes interessadas.
E. Estabelecimento dos objetivos de desenvolvimento (curto, médio ou longo prazo, de acordo com as necessidades prioritárias).	Teoricamente, os indicadores se incorporam nas fases de planejamento e aplicação.	Os indicadores ajudam esclarecer objetivos de desenvolvimentos, porque podem servir para definir e estabelecer metas medidas de desempenho.
F. Formulação e avaliação das estratégias para objetivos de desenvolvimento.	A coleta e análise dos dados são realizados numa base contínua;	Os indicadores podem servir para definir ou analisar a correta correspondência entre os problemas e estratégias.
G. Formulação de planos, ações e projetos específicos com base na estratégia ideal.	Entre os objetivos de política também incluir o desenvolvimento de fontes de dados e a capacidade de processamento em que se aplicam os indicadores.	Os indicadores se tornam medidas de desempenho de projetos e atividades, e ajudará definir metas.
H. A implementação de planos de ação e projetos	11. Reedição contas, elaboração de relatórios e comunicação. A supervisão e evolução da execução devem ser levadas de forma contínua, com apresentação de relatórios periódicos e dos indicadores utilizados.	Os indicadores permitem acompanhar e avaliar: - Gestão de processos, resultados diretos dos programas e projetos; - Os progressos na consecução dos objetivos declarados; - Alterações nas condições ambientais e sócio-econômica como resultado de ações.
I. Acompanhamento e avaliação de aplicação dos planos e projetos	12. Monitoração da aplicação de indicadores. Os problemas prioritários, fontes de informação e capacidade de transformação podem variar, de forma ser necessário verificar periodicamente a função dos indicadores.	Os indicadores fazem parte fundamental na entrega ao público contas relativas à execução e de resultados

Quadro 5 - Principais fases do desenvolvimento e utilização de indicadores (OMT, 2005).

Fonte: OMT, 2005, p. 27.

Os indicadores são propostos como componentes essenciais do turismo sustentável e como ferramentas que podem responder aos problemas mais importantes dos gestores de destinos turísticos. A metodologia da OMT recomenda uma abordagem gradual que produza indicadores operacionais para um destino, constituída por um processo participativo para produzir benefícios para os participantes (OMT, 2005). É formalmente selecionado um conjunto de dados com informação que é utilizada de forma regular para medir mudanças relevantes para o desenvolvimento do turismo, tais como:

- a) as alterações na própria estrutura turística e de fatores internos;
- b) alterações nos fatores externos que afetam o turismo; e,
- c) o impacto do turismo.

A utilização destes indicadores pode levar à adoção de medidas para antecipar e prevenir situações indesejáveis (ou insustentável). Em qualquer destino, os melhores indicadores são aqueles que estão relacionados a riscos e preocupações fundamentais sobre a sustentabilidade do turismo, fornecendo informação que poderá ajudar a limitar os problemas e avaliar as respostas.

De acordo com o guia da OMT, os indicadores são gerados em diferentes escalas e estão, freqüentemente, intimamente interrelacionados. Por isso, se agrupados, muitos poderão servir para criar indicadores de nível superior.

No guia prático da OMT (2005), vários são os tipos de indicadores, cada um com diferentes interesses para os decisores políticos. Muito embora os mais úteis talvez sejam aqueles que ajudam a prever os problemas, há outros também importantes, tais como:

- indicadores de alerta precoce (diminuição do número de turistas que tem intenção de retorno);
- indicadores de pressão sobre o sistema (falta de água);
- medidas da situação do setor (taxa de ocupação, satisfação dos turistas);
- medidas do impacto do turismo no desenvolvimento biofísico e socioeconômico (nível das taxas de desmatamento, mudanças nos padrões de consumo e os níveis de rendimentos das comunidades locais);
- medidas de gestão das atividades (custos de limpeza da poluição);
- indicadores de performance ou resultados (alterações dos níveis de poluição).

Tendo por base o trabalho da OMT (2005), o quadro 6 apresenta os temas, as questões e os indicadores para avaliação do turismo.

Satisfação dos residentes com o turismo	
Componentes das questões	Indicadores
Nível de satisfação da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Nível de satisfação dos residentes com o turismo;
Problemas e insatisfação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reclamações apresentadas pelos residentes;
Benefícios sociais associados ao turismo	<ul style="list-style-type: none"> Número de serviços sociais disponíveis para a comunidade - percentual atribuído ao turismo;
Efeitos gerais na vida da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Número de turistas diários e semanais (Número por Km²) - controle de intensidade de uso; Proporção entre turistas e população nativa (dia de maior frequência).
Troca no modo de vida dos residentes (impacto cultural, valores e costumes)	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de residentes que continuam usando trajes típicos, os costumes, o idioma, a cozinha local, e práticas culturais; Aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais; Número de turistas que assistem os eventos e percentual total.
Manutenção e satisfação com o local de acesso	<ul style="list-style-type: none"> Número de reclamação apresentadas pelos residentes em relação ao acesso.
Igualdade de oportunidade de emprego no setor turístico	
Oportunidades para as mulheres	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de mulheres/homens em relação ao total de postos de trabalho no setor turístico formal;
Formação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de mulheres/homens empregados no setor turístico que tenham recebido capacitação formal.
Patrimônio Cultural	
Tombamento	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem de locais e estruturas que reúnem as condições para receber tombamento e são efetivamente tomabados.
Financiamento da proteção	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem e quantia de recursos destinados anualmente para a restauração, conservação e manutenção de bens culturais;
Tomada de consciência e participação da comunidade	
Disponibilidade de informações	<ul style="list-style-type: none"> Número e tipos de meio/canal utilizados para promover o turismo sustentável.
Acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de pessoas que tem acesso a informação.
Utilização da informação	<ul style="list-style-type: none"> Grau de satisfação da comunidade com a qualidade e quantidade de informação que recebe sobre questões turísticas e sustentabilidade;
Divulgação da informação	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de visitantes que recebem informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua visita ao destino turístico.
Ação/impacto da informação	<ul style="list-style-type: none"> Número de programas/instituições educativas que tem plano de aprendizado sobre turismo sustentável em seus estudo; Porcentagem de residentes que entendem o que constitui uma prática de turismo sustentável; Porcentagem de residentes que opinam que o turismo é bom para sua comunidade;
Satisfação dos turistas	
Satisfação dos turistas	<ul style="list-style-type: none"> Nível de satisfação dos visitantes; Reclamações recebidas de turistas.
Impacto dos níveis de satisfação no setor e no destino	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de visitantes que voltam a visitar o local;
Acessibilidade	
Acesso ao destino	<ul style="list-style-type: none"> Existência de uma política que considera as necessidades de pessoas com deficiências; Existência de transporte público apropriado p/ pessoas com deficiência;
Acesso à edifícios públicos, hotéis e serviços turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Número/percentual de hotéis com habilitação acessíveis a pessoas com deficiência.
Saúde e seguridade	
Saúde e seguridade dos visitantes	<ul style="list-style-type: none"> Notificação de enfermidades transmissíveis.
Acidentes	<ul style="list-style-type: none"> Número de acidentes notificados relacionados com os turistas e suas causas; Número de licença e permissão para negócios turísticos que exigem um plano de gestão de risco.
Saúde e seguridade geral da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de negócios turísticos com tratamento eficaz de efluentes (tratamento de resíduos);

Acesso e atenção sanitária	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de trabalhadores cobertos por seguros de saúde abrangentes do empregador.
Abuso de substâncias	<ul style="list-style-type: none"> • Número e cobertura de programas de saúde sobre abuso do uso de drogas.
Educação e formação	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de empregados procedentes da comunidade local; • Número de oportunidades com bolsa para formação de jovens locais.
Acesso a água tratada, eletricidade e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infra-estrutura para beneficiar a comunidade local.
Efeitos do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de diminuição do número de visitantes; • Diminuição da taxa de ocupação de hotéis;
Seguridade pública local	
Crime	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de crimes denunciados, em que tem visitantes implicados; • Número de visitantes acusados de crimes; • Percepção de visitantes sobre a gravidade do problema da criminalidade.
Assédio por turistas	<ul style="list-style-type: none"> • Número de incidentes denunciados.
Prevenção e controle de crime	<ul style="list-style-type: none"> • Nível das forças de segurança; • Nível de informação para o turista sobre crime e prevenção.
Sazonalidade do turismo	
Grau de sazonalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem anual de turistas por mês ou trimestre;
Oferta de infra-estrutura suficiente durante o ano	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de estabelecimento aberto durante todo o ano; • Percentual da capacidade do sistema de fornecer água, eletricidade, esgoto e lixo utilizado para o turismo e a população nativa.
Empregos temporários e sazonais	<ul style="list-style-type: none"> • Número e percentual de postos de trabalho do setor turístico que são originados anualmente; • Percentual de postos de trabalho do setor turístico de duração inferior a 06 meses; • Taxa local de desemprego na temporada baixa.
Emprego	
Número e qualidade do emprego no setor turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de empregados do setor turístico por atividade • Níveis de retenção de empregados.
Desenvolvimento profissional e pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Número (percentual) de empregados qualificados/ titulados;
Satisfação com trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação dos empregados; • Número de acidentes de trabalho (custo de indenização).
Falta de mão-de-obra qualificada	<ul style="list-style-type: none"> • Perda resultante pela falta de qualificação; • Percentagem de mão de obra importada (de fora da cidade).
O turismo como fator de preservação da natureza	
Impacto potencial do turismo no entorno natural	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de projetos que avaliam o impacto do turismo; • Percentagem de projetos de conservação com o apoio financeiro do turismo
Fonte de financiamento para a conservação da biodiversidade e manutenção da áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de área protegida, orçamento de conservação do local onde existe a atividade turística
Alternativas econômicas para o local com objetivo de reduzir a exploração da fauna silvestre e dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual da comunidade local que trabalha no setor turístico; • Percentual da comunidade local que trabalham em atividades de conservação; • Nível de esforços para envolver os povos nativos em atividades de proteção; • Valor do investimento de empresas privadas na infra-estrutura turística; • Valor e percentual de incentivos para a população nativa .
Apoio para promover a conservação da biodiversidade entre os turistas	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de atividade destinadas a envolver os turistas em tarefas de proteção; • Percentagem de turistas conscientes da importância da conservação do local; • Percentual de turistas que recebe material sobre preservação.
Benefício Econômico para a comunidade	
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total; • Salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade.
Investimento empresarial no setor turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Número e tipo de autorização comercial concedidas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Duração dos negócios turísticos.
Receita do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Gasto turístico/gasto por turista; • Taxa de ocupação em estabelecimento de hospedagem; • PIB local atribuído para o turismo;
Gasto Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • Gasto anual no setor turístico; • Quantia e percentagem do gasto em infra-estrutura para o turismo.
Custo de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de aumento/diminuição da renda familiar média; • Percentagem de aumento/diminuição dos gastos familiares.
Turismo e luta contra a pobreza	
Estabilização e melhora da receita da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre receita atribuída ao turismo e as atividades tradicionais geradoras de receitas.
Exploração e apoio a microempresa, pequenas e médias empresas (PMES) ou empresas baseadas na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo para pequenas e médias empresas (PMES) - concedido/utilizado;
Distribuição equitativa de fundos/benefícios do turismo para toda comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição econômica anual do turismo e projetos para a comunidade; • Desenvolvimento de infra-estrutura estimulado pelo turismo que também beneficie os pobres da localidade;

Quadro 6 – Relação dos componentes e indicadores de turismo sustentável.

Fonte: Elaborado com base na OMT, 2005. P 64 a 156.

Embora todas as categorias de indicadores possam contribuir para a promoção do turismo sustentável, a detecção precoce é muitas vezes o mais útil para os gestores do turismo para fornecer a capacidade de antecipar os graves efeitos negativos sobre o destino ou para a gestão do turismo em geral (OMT, 2005; D.R.E, 2006).

Para a aplicação completa dos indicadores da OMT, deve-se obedecer a certos mecanismos de medição, processados por uma ação adequada, técnica e economicamente viável. Um determinado indicador pode ser medido com métodos alternativos e complementares (utilizando instrumentos diferentes) e descrito de diversas formas.

Em 2006, com base no trabalho da OMT, foi desenvolvido o projeto Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia SIET-MAC, resultado de um trabalho conjunto entre os Institutos de Estatística dos Açores, Madeira e Canárias, aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III-B. O objetivo foi desenvolver e manter um Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo, através do qual se possa medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo em cada uma das três regiões envolvidas no projeto (D.R.E, 2006).

O trabalho desenvolveu-se de acordo com as seguintes etapas:

- Levantamento e análise de fontes disponíveis sobre a matéria - Foi realizado através de estudos e publicações existentes sobre o tema em regiões ou zonas turísticas da Espanha, avaliando informações que afetam direta ou indiretamente o setor turístico, como o meio ambiente, chegando a uma lista inicial de 500 indicadores;

- Definição do esquema conceptual – avaliação da enorme quantidade de informação recolhida, classificando e selecionando os indicadores fundamentais de sustentabilidade, compondo assim um sistema robusto e completo;

- Seleção dos Indicadores – reduzindo a lista inicial com a participação de entidades públicas e privadas ligadas ao setor do turismo e do ambiente, bem como com *experts* na matéria, restringindo-a aos que fossem simultaneamente os mais representativos e exequíveis;

Assim, após as discussões realizadas em cada região e as diversas reuniões entre o SREA, DREM e ISTAC, chegou-se a um consenso sobre um conjunto de 33 indicadores em várias vertentes: Ambiental, Económica, Sociocultural, Institucional e de Atividade Turística, propriamente dita;

- Estabelecimento da metodologia de cálculo dos indicadores – averiguar da lista selecionada quais indicadores já existiam informações internamente e aqueles que obrigariam ao desenvolvimento de operações estatísticas próprias para recolha dos dados. Análise dos conceitos e metodologias inerentes às variáveis que compunham os indicadores, de modo a apresentar os dados de forma comparável;

- Elaboração dos Indicadores – mediante as informações necessárias deu-se na seqüência a construção dos indicadores com base nas variáveis disponíveis. Todas as informações foram colocadas numa ficha técnica, definida e desenhada conjuntamente pelos três organismos de estatística, tomando-se como modelos iniciais os já estabelecidos noutros sistemas de indicadores consultados.

O quadro 7 ilustra o tipo de ficha adotada pelo Projeto SIET-MAC para apresentar as informações sobre indicadores.

ÁREA (TEMA)		SUBÁREA (SUBTEMA)		
Sociedade e Cultura		Demografia		
Âmbito	(x) Região da Macaronésia	() Canarias	() Madeira	() Açores
Descrição	Número de turistas em relação aos residentes que efetuam visitas a locais definidos por cada região de interesse turístico, por mês.			
Objetivo	Medir pressão dos turistas sobre os lugares de interesse turístico em comparação com as visitas a esses lugares feitas pelos residentes.			
Fórmula	Turistas que visitam lugares interesse turístico em relação ao total de visitantes.		Unidade de medida	Porcentagem (%)
Valor de referência	Média	Mínimo	Máximo	Tendência desejada
Evolução nos últimos anos				
Periodicidade de cálculo	Quinzenal			
Relação com outros indicadores do sistema	Qualidade de oferta hoteleira			
RELEVÂNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE				
O número de visitas realizadas pelos turistas a lugares de interesse turístico está relacionado com a sustentabilidade do destino numa vertente dupla. Por um lado, mostra a pressão atribuível ao turismo sobre os				

lugares de interesse turístico tendo que se avaliar a pressão que aquele exerce sobre esses lugares, estabelecendo-se caso seja necessário, restrições e outras medidas para diversificar a oferta e reduzir essa pressão. Por outro lado, a afluência de turistas a estes lugares é um reflexo da atração do destino turístico, o que incrementaria o nível de satisfação e fidelizará os turistas.
INTERPRETAÇÃO
Este indicador estabelecerá a evolução das visitas recebidas pelos lugares de interesse turístico. Pode-se relacionar com a qualidade da oferta hoteleira para medir a atratividade do destino.
OBSERVAÇÕES
Este indicador apresenta uma limitação para o cálculo já que unicamente podem ser contabilizadas as visitas àqueles lugares de interesse turístico que tenham estabelecido mecanismos de contabilização dos acessos. Conseqüentemente traz dificuldades de comparação entre regiões.

FONTES E DADOS:

Dado (1): Peso de turistas que visitam lugares de interesse turístico						
FONTE ESTATÍSTICA	Direção Regional de Estatística					
PERIODICIDADE	Quinzenal		HISTÓRICO		ANO	
ÂMBITO	<input type="checkbox"/> municipal	<input type="checkbox"/> Insular	<input type="checkbox"/> Regional	<input type="checkbox"/> Nacional	<input type="checkbox"/> Europeu	<input type="checkbox"/> Macaronésia
TIPO DE RECOLHA	<input type="checkbox"/> Registro administrativo		<input type="checkbox"/> Recolha exaustiva		<input type="checkbox"/> Recolha/amostragem	
SUPORTE	<input type="checkbox"/> Papel		<input type="checkbox"/> Digital		<input type="checkbox"/> Web	

Quadro 7 - Modelo da ficha de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo.

Fonte: D.R.E, 2006, p. 23.

- Validação dos resultados obtidos pelas regiões – verificaram-se os cálculos inerentes de cada indicador, procedido à comparação entre os dados das regiões pesquisadas, para detectar alguma eventual incoerência.
- Difusão dos resultados – depois de concluída a pesquisa os dados deverão ser divulgados, por meios em que todos os interessados venham a ter acesso.
- Acompanhamento e manutenção do projeto - as atualizações regulares dos indicadores deverão ocorrer em uma periodicidade (nunca inferior a um ano), e serão equacionadas eventuais alterações nos indicadores de acordo com o *feedback* recebido, quer de organismos públicos, quer de privados e também de utilizadores particulares.

As principais ferramentas utilizadas no cálculo dos indicadores foram: dados estatísticos já existentes nos serviços regionais de estatística; dados obtidos por meios administrativos; e, dados obtidos através de trabalho de campo, isto é, a partir de inquéritos específicos concebidos e desenvolvidos no âmbito deste projeto;

No esquema conceptual do sistema de indicadores do projeto está presente a noção de que a sustentabilidade do turismo está relacionada não apenas com a atividade turística propriamente dita, mas também com os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais do turismo. Nesse sentido, foram selecionados vários temas e subtemas e os indicadores foram agregados dentro de cada um deles, como apresentado no quadro 8.

Temas	Subtemas	Indicadores
Economia	Emprego	Emprego no setor turístico; Grau de Qualificação.
	Rentabilidade	Peso do Turismo na Economia.
	Investimento	Investimento Público e Privado em Turismo.
	Preços	Evolução dos Preços Turísticos
Atividade Turística	Oferta	Densidade; Qualidade; Turismo em Espaço Rural.
	Procura	Estada média; Afluência; Segmentação; Mercados Emissores; Gasto Turístico; Perfil do turista; Distribuição territorial, Sazonalidade.
Meio Ambiente	Qualidade/Satisfação	Estabelecimentos com certificação de qualidade; Grau de satisfação dos turistas; Fidelidade dos turistas.
	Paisagismo	Espaços naturais protegidos; Grau de naturalidade do meio.
	Gestão Ambiental	Qualidade das águas de banho marítimas; Consumo de água atribuível aos turistas; Consumo de eletricidade atribuível aos turistas; Produção de resíduos sólidos atribuível aos turistas; Índice de motorização atribuível ao turismo; Superfície de costa urbanizada.
Sociedade e Cultura	Demografia	Pressão dos turistas sobre a população; Visitantes a lugares de interesse turístico.
	Indicadores da Comunidade Local	Taxa de utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes; opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região; nível de satisfação da população local.
Institucional		Planos e Programas com incidência em Turismo e Sustentabilidade

Quadro 8 – Lista de temas, subtemas e indicadores criados no âmbito do SIET-MAC.

Fonte: D.R.E. 2006, p. 26.

No que foi exposto, é possível afirmar que tradicionalmente, medir o desempenho do turismo era centrado na dimensão econômica e financeira e, algumas vezes, laboral da questão. No entanto, as infra-estruturas e serviços do turismo, bem como as atividades consideradas pelos turistas, resultam num leque muito mais abrangente de impactos positivos e negativos, desde ambientais a socioculturais. Nos últimos anos, assiste-se a uma passagem dos tradicionais indicadores econômicos e ambientais para abordagens mais abrangentes, combinando e tentando obter uma maior consistência na ligação entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Assim, as mais recentes abordagens vão ao sentido de identificar e medir todo tipo de impactos que o turismo pode causar numa determinada área ou sociedade, de preferência anteriormente a qualquer desenvolvimento, de modo a garantir que ele se processará de maneira sustentável no longo prazo, em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais (D.R.E, 2006).

3 TURISMO NO CONTEXTO ESTADUAL E LOCAL

O turismo tornou-se elemento central na estratégia de desenvolvimento de muitos países. Ele é particularmente atraente aos governos por oferecer uma alternativa a outras formas de desenvolvimento econômico: pela geração de empregos, por sua capacidade de gerar divisas e por seu poder de promover o crescimento regional (GOLDAFARB, 1989:131 apud WEARIG; NEIL 2001).

Como uma atividade econômica, o turismo mobiliza milhões de pessoas e causa impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais nas comunidades receptoras. As localidades arcam com os custos e recebem os benefícios e os problemas provocados pelo turismo. Essas localidades são colocadas a pressões cada vez maiores de demandas sobre seus recursos. O município assume papel fundamental no desenvolvimento turístico, pois cada lugar possui suas próprias características que diferencia uma região da outra. E mesmo que um local não apresente atrativos excepcionais, esses poucos atrativos podem ajudar a complementar os atrativos das regiões mais próximas onde a atividade turística esteja mais desenvolvida (OLIVEIRA, 2005).

Para que se estabeleça um planejamento adequado o governo por sua vez deve gerenciar a atividade turística com projetos eficientes. O turismo é muitas vezes estimulado pelo governo ou pela indústria sem uma estratégia global, sem atenção adequada à legislação, sem a consulta ou inclusão das comunidades locais e sem projetos eficientes de gerenciamento da área de proteção. Isso suscita importantes questões políticas para o governo (GOLDAFARB, 1989:131 apud WEARIG; NEIL 2001).

O município deve exercer papel de orientador da atividade turística local, articulando com a iniciativa privada e o comércio para concretizar um plano de desenvolvimento do turismo. A participação e envolvimento dos setores sociais são importantes para fortalecer e redefinir a identidade local, para modificar as perspectivas de desenvolvimento e criar expectativas positivas com o comprometimento da comunidade, que é essencial. A comunidade local é quem deve definir os caminhos a serem seguidos para seu benefício, mas a participação do Governo, das empresas privadas e dos grupos de pressão também é fundamental, pois eles podem explorar o potencial, apoiar e patrocinar o desenvolvimento do mesmo. Trata-se de uma participação que revela a manifestação da cidadania ativa (OLIVEIRA, 2005).

Das Áreas e dos Locais de Interesse Turístico - Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma Lei, assim como os bens de valor cultural

e natural, protegidos por legislação específica; a ação do Governo Federal, para a execução da Lei, desenvolver-se-á especialmente por intermédio dos seguintes órgãos e entidades:

- Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio;

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Educação e Cultura;

- Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Ministério da Agricultura;

- Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior;

- Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), organismo interministerial criado pelo Decreto nº 74.156, de 6 de junho de 1974;

- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), do Ministério da Agricultura;

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Ministério do Interior;

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, do Ministério do Interior.

O estado de Rondônia possui excelentes atrativos para o desenvolvimento da atividade turística. Mesmo com a devastação sofrida em todo o estado, Silvestre (2008) mostra que o estado de Rondônia possui recursos naturais que poucos estados detêm.

A geração de renda e emprego, a minimização do êxodo rural, a valorização das pessoas e das atividades do campo e a preservação do ambiente natural são alguns benefícios que a atividade turística no meio pode gerar (SWARBROOKE; ZIMMERMANN, 2000, p.130 apud SILVESTRE 2008).

Os municípios e pontos turísticos reconhecidos que exercem a atividade turística rural em Rondônia são:

- ✓ no município de Candeias do Jamari, o mais perto da capital Porto Velho, estão as empresas, Três Capelas Eco Resort, Fazenda GH e Marina Jungle Park Salsalito;
- ✓ em Cacaupônia, a Pousada Ecológica Rancho Grande;
- ✓ no município de Ouro Preto D'Oeste, a Fazendinha Agro ecológica e Hotel Fazenda Coimbra Park;
- ✓ em Presidente Médice, a Fazenda Pau D'Alho Hotel;
- ✓ em Machadinho do Oeste, o Refúgio Ecológico Rio Machado;
- ✓ no município de Ji-Paraná, o Hotel Fazenda Minuano;

- ✓ em Cacoal, o Cacoal Selva Park;
- ✓ em Vilhena, o Vale do Ávila;
- ✓ em Jaci-Paraná, a Cabanas Adriana; e
- ✓ em Guajará-Mirim, o Pakaas Palafitas Logde.

As atividades turísticas nos referidos municípios são desenvolvidas em suas particularidades, de modo a oferecer lazer, descanso, cultura e principalmente a preservação ambiental.

O segmento da atividade turística no município de Guajará-Mirim, objeto desta pesquisa de acordo com o diagnóstico elaborado pelo Fórum Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, de Guajará-Mirim (2003) e do projeto Gestão Ambiental para a Biodiversidade, enviado para o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA em 2004, o município cujo nome se traduz por “Cachoeira Pequena” na língua Tupi Guarani, distante de Porto Velho a capital de Rondônia a 330 km, tem sua história inserida no contexto da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (E.F.M.M), que também ficou conhecida como a ferrovia do diabo em virtude da saga envolvendo sua construção.

A área geográfica do município é de 25.257 Km² e conserva mais de 90% de seu território em florestas naturais, grande parte sob forma de áreas protegidas de conservação ambiental e reservas indígenas, por leis Federais e Estaduais, constituindo-se em primeiro lugar no Estado, em número e tamanho das áreas de preservação ambiental (INPE, 2007). Além de abrigar uma complexa biodiversidade, “seqüestra” alguns milhões de toneladas de carbono.

Devido suas características, o município mantém um dos menores índices de desmatamento de todo Estado, correspondendo a 3,55% do seu território, conforme Mapa Síntese da Dinâmica de Desmatamento do município. Segundo o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), o município até 2007 tinha 1.395,2 Km², equivalente a 6% de área desflorada (INPE, 2007).

Considerando como atrativos para o desenvolvimento da atividade turística, o município de Guajará-Mirim, em março de 2003 no diagnóstico preliminar o Projeto Gestão Ambiental para a Biodiversidade (FNMA, 2004):

- **Acervo histórico** - como guardião da história do estado, com inúmeros registros da sua colonização original, a saga dos pioneiros construtores da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a presença marcante da igreja católica na colonização de todo Vale do Guaporé e as inúmeras construções que retratam a

história de uma época em que o município concentrava toda a riqueza da região, baseada na extração da borracha e da castanha;

➤ **Equilíbrio ecológico e a harmonia com a natureza** - podem ser representados pela vastidão de incomparável beleza do Vale Mamoré-Guaporé, oferecendo inúmeras opções de lazer, dentre os quais a pesca amadora, liberada após a desova dos peixes. As belas praias do rio Pacaás-Novos, a reserva extrativista do Rio Ouro Preto e o encanto da Serra dos Pacaás-Novos oferecem oportunidades únicas de conhecer os caprichos da natureza;

➤ **Atrativo histórico** - Museu Municipal funciona na outrora estação da extinta Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, localizado em frente ao Porto da cidade, na divisa de Guajará-Mirim com Guayaramerin (cidade irmã Boliviana), guarda um importante acervo histórico e cultural da cidade e do Estado. Entre o Porto e o Museu, está exposta a locomotiva de n. 17 da EFMM, lembrança de sua épica trajetória. Via Férrea GuajaráMirim/Iata, trecho da EFMM, que tinha sido recuperado entre 1985 a 1988, para fazer o itinerário turístico entre Guajará-Mirim e Distrito de Iata (antigo pólo agrícola do município que abastecia a sede municipal e a capital Porto Velho) numa extensão de 27 km. Por falta de manutenção, está atualmente paralisado.

➤ **Atrativo religioso e centro cultural** - a Catedral Nossa Senhora do Seringueiro, uma das mais belas obras católicas do Norte do País. Idealizada pelo Bispo D. Xavier Rey, em 1958, encontra-se em uma área de 100 m² com praça arborizada. Possui um acervo de vitrais e imagens sacras de raro valor; a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi a primeira igreja construída pelo coronel Paulo da Cruz Saldanha, com a ajuda de fieis da cidade; a festa do Divino Espírito Santo, que tradicionalmente ocorre por mais de um século com peregrinação durante 40 dias nos Vales do rio Guaporé e Mamoré, colhendo óbolos entre os ribeirinhos, o final da festa termina no dia de Pentecostes; o Centro Cultural Dr. José Cardoso Alves, possui um acervo fotográfico de grande valor histórico;

➤ **Atrativos Naturais e Ecológicos** - Cachoeira do Lage, localizado no rio Lages, dentro da reserva indígena; Cachoeira Madeira, um local formado por pedras e cercado por matas na Vila Murtinho; Lago Deolinda, situado no igarapé Deolinda afluente do rio Mamoré, nas proximidades existe um Posto indígena “Clã-oro-não” em orobone e da FUNAI; Igarapé Palheta nasce na Serra dos Parecis, as suas margens encontra-se vários clubes sociais: BANCRÉVEA Clube, Marechal Rondon e o Balneário Palheta; Praia da Pedra da Morte, existência de uma cachoeira na zona

urbana, com praia na época da vazante; Praia das Três Bocas, formada por três igarapés que deságuam no rio Pacaás-Novos; Rio Guaporé, rio navegável que liga o Estado de Rondônia ao Estado de Mato Grosso, no verão a atração é marcante pela beleza de suas praias, ilhas e outras paisagens selvagens de rara beleza; Rio Pacaás-Novos, é um rio de águas claras com praias ao longo do rio, tem um ponto marcante enfrente ao Hotel Pacaás-Novos, o encontro com o rio Mamoré com suas águas turvas; Rio Mamoré, é um rio navegável entre o Brasil e a Bolívia, nasce na área montanhosa da Cordilheira dos Andes; Igarapé Saldanha Gruta, nasce na serra do Parecis no rio Pacaás-Novos, passando por debaixo de pedras; Serra dos Pacaás-Novos, localizado no BR 425, a 7 km da zona urbana; Lago do Calafate, situado às margens do rio Mamoré no lado Boliviano, pertence a uma reserva indígena; Arquipélago de 7 ilhas – Ilhas formadas por matas situadas no rio Mamoré; Igarapé Santo André, situado a 70 km de Guajará-Mirim, local preservado pelos índios do Clã-oro-não e oro-esse.

➤ **Estrutura Hoteleira** - o município oferece uma razoável rede hoteleira, entretanto não possui uma qualidade de acomodações e serviços voltados para o turismo. Assim, os hotéis de acomodação simples e entre estes alguns poderiam ser classificados como pousada – casas geralmente antigas que foram transformadas para receber hóspedes que viriam efetuar compras na Área de Livre Comércio (ALCGM). Porém, a exceção é o Pakaas Palafitas Logde, este é um empreendimento que demonstra a visão empresarial de exploração turística, no segmento hotéis ecológicos (ecoturismo). Trata-se de um complexo turístico localizado a 12 Km distante da sede municipal, bem estruturado voltado para o turismo internacional.

➤ **Eventos e Festas Folclóricas/populares:** os eventos e festas do município são caracteristicamente regionais evocando tradições da cultura cabocla, captando parte da gastronomia na vizinha Bolívia, as principais manifestações são:

Festival Folclórico Pérola do Mamoré – FEFOPEM, o acontecimento é realizado com início no mês de junho com apresentações de danças típicas mamoriense como: danças juninas, danças de tribos indígenas, danças bolivianas e outras trazidas dos primeiros colonizadores nordestinos, sendo o ponto máximo do festival o confronto festivo que se dá entre os bois-bumbás Flor do Campo e Malhadinho, são três dias que ocorrem no mês de agosto;

Congraçamento Internacional Brasil/Bolívia - a independência da Bolívia e é comemorada no dia 06 de agosto. Nesta data centenas de pessoas cruzam a fronteira para prestigiar a festa cívica nas ruas de Guayaramerin. O prefeito de Guajará-Mirim e

seus representantes do governo estadual são recebidos com honra e homenagens ocupando lugar de destaque no palanque oficial;

Festa cívica brasileira - no dia 07 de setembro, são os bolivianos que vêm a Guajará-Mirim prestigiar, com o alcaide (prefeito) e conselheiros (vereadores), para assistir aos desfiles escolares e militares em comemoração à Independência do Brasil;

Festival de verão - evento realizado no período de vazante dos rios Pacaás-Novos (G.Mirim) e Mamoré (Distrito do Iata). Durante o festival, são realizados campeonatos de pesca, eleição da garota verão, festival de bandas e atividades esportivas;

Exposição Agropecuária/Comercial e Industrial - eventos realizados anualmente com exposição de animais, máquinas e equipamentos agropecuários, além de shows de montarias em animais no parque de exposição; a exposição Comercial e Industrial dos pequenos produtores também acontece uma vez no ano seguido da exposição agropecuária com atrativos comerciais, culturais e sócio-econômico, com apoio dos comerciantes, (junta comercial), Bancos de empreendimentos. O evento é realizado no estádio de esportes no centro da cidade.

Calendário de eventos de Guajará-Mirim - conforme cronograma de atividade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEM CET) apresentados no quadro 9:

Mês	Data (Período)	Evento
Janeiro	20 26	Festa de São Sebastião Baile do Havaí
Fevereiro	(calendário Nacional) 01 a 05 28 e 29	Carnaval e Desfile de Blocos Carnavalescos; Festa no Espaço Alternativo; Encontro de Intercâmbio de Experiências Municipais na Faixa de Fronteira
Março	20 e 21	Comemoração da Semana da Água
Abril	05 a 10 18 a 20	Comemoração do Aniversário do Município – 10 de Abril; Encontro de Motociclista/Corrida de Motocross.
Maio	Dia de Pentecostes 17 a 24	Festa do Divino Espírito Santo; Encontro Internacional de Pára-Quedistas na Amazônia.
Junho	02 a 05 06 a 28 29	Semana do Meio Ambiente, e Festa da Castanha; Arraiais das Escolas e Bairros. Festa de São Pedro – Padroeiro dos Pescadores
Julho	04 a 26 12 13	Arraiais das escolas e Bairros; Festival Gastronômico; Amazon Trekking – Circuito

	Última semana do mês ou início do mês seguinte	Rondoniense de Enduro a Pé; Início Exposição Agropecuária.
Agosto	Primeira semana do mês 06 a 10 08 a 10 14 a 17	Exposição Agropecuária; Feira Multisetorial do município; Festival Folclórico – Duelos dos Bois; Evento Evangélico.
Setembro	01 a 07 20 21 Última semana do mês	Semana da Pátria – Desfiles; Festas das Regiões; Comemoração “Dia da Árvore”; Festival de Praia do IATA.
Outubro	Primeira Semana do mês Última semana do mês	Encontro dos Filhos e Amigos de Guajará-Mirim; Carnaval fora de época – Guajará Folia
Novembro	05 e 06 07 e 09	Feira do Livro do município; Festival da Canção do município.
Dezembro	08 20	Festa da Padroeira – N.Sra. do Seringueiro; Natal Iluminado – Apresentação de Corais e Orquestras, e premiação “casa mais ornamentada/período natalino”.

Quadro 9 – Calendário de eventos município de Guajará-Mirim 2008.

Fonte: Cronograma Secretaria de Turismo (SEMCET) 2008. Adaptado pela autora.

- **Atrativo econômico** – considerado como um dos maiores atrativos do município é uma área de livre comércio na qual é atraído um grande número de pessoas que passam pelo município para efetuar compras na Bolívia (país vizinho); e por ser uma área de fronteira, o município constitui um pólo atrativo para a importação e exportação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base na literatura discutida e consulta a atores representativos, a pesquisa visou identificar os temas e indicadores relevantes para avaliação do turismo sustentável em escala municipal, tendo como foco o Município de Guajará-Mirim/RO.

4.1 ETAPAS OU FASES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em seis etapas:

A primeira constituiu da identificação dos temas e indicadores potenciais para avaliação do turismo sustentável, agrupados por tema, realizada com base na literatura consultada.

Na segunda etapa, os temas e os indicadores potenciais foram submetidos a uma amostra de atores sociais, com o objetivo de detectar se são considerados importantes e qual a importância de cada um destes para avaliar turismo do município, na perspectiva da sustentabilidade.

A terceira etapa consistiu na análise para detectar quais temas e indicadores são relevantes na visão dos respondentes da pesquisa.

A quarta etapa envolveu análise qualitativa com o intuito de eliminar sobreposições ou detectar tema e ou indicadores que não se aplicam ao objeto de estudo.

Na quinta etapa, foi realizada uma descrição de cada um dos indicadores considerados relevantes, destacando a forma de mensuração e as informações necessárias para sua realização.

A sexta etapa constitui de demonstrações de cálculos dos indicadores para um dos temas, com o intuito de exemplificar como a avaliação poderá ser realizada.

4.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Para composição de uma amostra intencional foi considerado como critério que os atores fossem representantes de organizações e/ou instituições, atuantes no município, vinculadas às seguintes atividades:

- ✓ Econômica em geral;
- ✓ Atividade Turística;
- ✓ Meio Ambiente
- ✓ Cultural
- ✓ Institucional (poder público)
- ✓ Entidades patronais, de trabalhadores e Associações.

Com base neste critério, a amostra foi composta por 45 atores representantes dos seguintes órgãos e instituições: Secretarias de Planejamento, Fazenda, Meio Ambiente, Cultura e Turismo do município e Esporte e Lazer do município e estado; órgãos federais: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Delegacias da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Civil e Corpo de Bombeiro; associações representativas dos bairros e de populações tradicionais, Sindicatos do comércio, saúde e funcionários públicos; representantes de grupos ecologistas e conservacionistas, folclóricos e religiosas; representantes de empresas privadas de hotelaria, transporte fluvial e terrestre, e agências de turismo; empresas mistas, Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD e Centrais Elétricas de Rondônia – CERON; e Instituições Financeiras e Educacionais.

4.3 INSTRUMENTOS E FORMA DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados primários, utilizou-se de um questionário com escala, onde os temas e os indicadores potenciais foram apresentados aos respondentes que apontaram a importância de cada um para avaliação do turismo do município numa escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Foi também solicitado que os respondentes indicassem temas e indicadores relevantes não incluídos na relação apresentada.

O questionário, que consta do Apêndice A, foi composto com 5 dimensões, 20 temas e 59 indicadores selecionados com base na literatura.

Por entender que nem todos teriam tempo disponível para responder de imediato, o questionário foi entregue aos atores dando um prazo de cinco dias para a coleta dos mesmos.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada, inicialmente, por meio de estatística descritiva. Foram considerados relevantes os temas e os indicadores que receberam respostas de 06 (seis) ou mais, considerando a escala de grau de importância de 1 (um) a 10 (dez) pontos.

Também foi calculada a importância ou relevância, de cada tema e indicadores de forma que ao final foi possível compor um quadro com indicadores relevantes, agrupados por temas relevantes, e estes por dimensões, com as respectivas importâncias relativas.

Numa segunda etapa, de posse dos resultados a partir da estatística descritiva, foi realizada uma análise qualitativa pela pesquisadora. Esta visou eliminar, agrupar ou redistribuir dimensões, temas e indicadores, tendo como referência o objeto foco de estudo.

A descrição dos indicadores relevantes, forma de mensuração e as informações necessárias para realização da mensuração, foram realizadas com base na literatura disponível e conhecimento do objeto foco do estudo.

5 DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Dimensão, Temas e Indicadores Potenciais

Consoante o que já foi destacado no capítulo sobre procedimentos metodológicos, optou-se por amostra de 45 (quarenta e cinco) sujeitos de organizações representativas do município. Embora este fato tenha implicações sobre a extrapolação dos resultados, não compromete os objetivos do trabalho, uma vez que o interesse maior é encontrar um conjunto de temas e indicadores relevantes para avaliar o turismo sustentável do município.

Para tanto, procedeu-se inicialmente à identificação dos temas e indicadores potenciais. Com base na literatura foram identificados 5 (cinco) dimensões, 20 temas e 59 indicadores potenciais, conforme quadro 10. Os temas foram agrupados em cinco dimensões mais citadas na literatura.

Dimensões	Temas	Indicadores
Economia	Emprego	Empregados do setor turístico por atividade; Mão-de-obra importada (de fora da cidade); Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total; Salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade; Grau de qualificação dos trabalhadores em turismo.
	Economia local/ Rentabilidade do turismo	Peso do Turismo na Economia local.
	Investimento	Investimento Público e Privado em Turismo.
	Preços dos serviços Turísticos	Evolução dos Preços Turísticos.
Atividade Turística	Oferta	Tipos de turismo oferecidos.
	Intensidade turística	Intensidade do turismo no período de pico (pessoas/hectare)
	Receita	Estada média; Origem dos turistas; Gasto Turístico; Perfil do turista; Ocupação em estabelecimento de hospedagem.
	Qualidade/Satisfação do turismo	Estabelecimentos com certificação de qualidade; Grau de satisfação dos turistas; Reclamações recebidas dos turistas.
	Grau de sazonalidade do turismo	Turista por mês ou trimestre; Desemprego na temporada baixa.
Meio Ambiente	Preservação da natureza	Percentagem de área protegida; Orçamento de conservação do local onde existe a atividade turística; Percentual da comunidade local que trabalha em atividades de preservação; Nível de atividade destinada a envolver os turistas em tarefas de proteção; Turistas que recebe material sobre preservação; Espaços naturais protegidos/grau de naturalidade do meio
	Número de espécies	Ecosistemas frágeis

	Gestão Ambiental	Consumo de água atribuível aos turistas; Consumo de eletricidade atribuível aos turistas; Produção de resíduos sólidos atribuível aos turistas; Gestão de resíduos.
Sociedade e Cultura	Comunidade Local	Satisfação dos residentes com o turismo; Reclamações apresentadas pelos residentes; Serviços sociais disponíveis para a comunidade, decorrente do turismo; Utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes; Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região; Grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infra-estrutura para beneficiar a comunidade local.
	Demografia	Média de Turista por km ² ; Proporção entre turistas e população nativa (dia de maior frequência);
	Impacto na Renda Familiar	Aumento/diminuição da renda familiar (média); Aumento/diminuição dos gastos familiares.
	Saúde e Segurança	Crimes denunciados/em que tem visitantes implicados; Visitantes acusados de crime; Visitantes sobre a gravidade do problema da criminalidade.
	Condições de Acesso	Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências; Transporte público apropriado para pessoas com deficiência; Hotéis com habilitação acessíveis a pessoas com deficiência.
	Patrimônio e Cultura Local	Residentes que continuam usando trajes típicos, os costumes, o idioma, a cozinha local/ e práticas culturais; Aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais; Turistas que assistem os eventos; Locais e estruturas que reúnem as condições para receber tombamento e são efetivamente tombados; Recursos destinados anualmente para restauração, conservação e manutenção de bens culturais.
Institucional	Planejamento do turismo	Planos e Programas com foco em turismo e sustentabilidade; Contribuição econômica anual do turismo e projetos para a comunidade; Gasto anual no setor turístico.
	Informações sobre turismo sustentável	Número e tipos de meio/canal utilizados para promover o turismo sustentável; Pessoas que tem acesso a informação; Satisfação da comunidade com a qualidade e quantidade de informação que recebe sobre questões turísticas e sustentabilidade; Visitantes que recebem informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua visita ao destino turístico.

Quadro10 – Dimensões/temas, subtemas e indicadores relevantes.

Fonte: Elaborado com base em: OMT, 1997; Ceron e Dubois, 2003; Ko, 2005; OMT, 2005; D.R.E, 2006.

É importante destacar que na identificação dos temas e indicadores potenciais não foram eliminados temas e indicadores que poderiam representar as mesmas preocupações ou que poderiam não ser aplicados ao foco do estudo. Tal procedimento visou assegurar que a listagem

contemplou as dimensões, temas e indicadores apontados como candidatos para a avaliação do turismo sustentável, na visão dos trabalhos consultados.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Os questionários foram entregues a cada representante das organizações, com data agendada para entrega. O pesquisador ficou à disposição para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Foram entregues 45 (quarenta e cinco) questionários, retornando 38 totalmente respondidos, considerados válidos, 07 (sete) inválidos devido às seguintes situações: 05 (cinco) preenchidos parcialmente e 02 (dois) devolvidos em branco. Assim, considerando apenas os questionários válidos, chegou-se a 84,44 % de retorno, que resulta um ótimo percentual de retorno.

Os gráficos 1, 2 e 3 sintetizam as informações sobre as características dos respondentes.

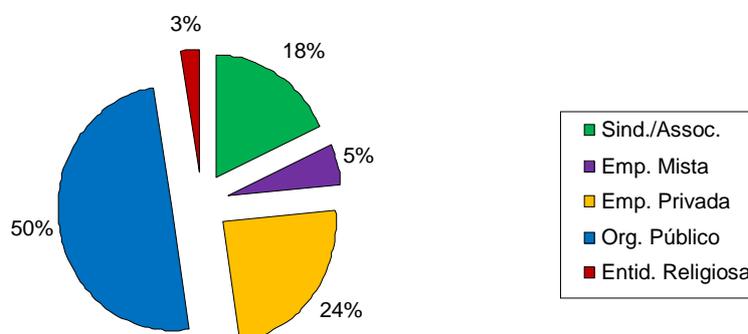


Gráfico 1 - Tipos de Organização onde trabalham os respondentes.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado no gráfico 1, constata-se que 50% dos respondentes trabalham ou estão vinculados às organizações públicas ligados a diversas instituições como secretarias municipais, e órgãos estaduais e federais atuantes no município e 24% dos pesquisados pertencem à iniciativa privada, onde cada um dentro de sua respectiva área de trabalho colaborou ao responder o questionário.

Assim, a área de atuação dos pesquisados cobre um leque bastante variado, desde gliderança sindical e religiosa até técnicos de órgãos de fiscalização.

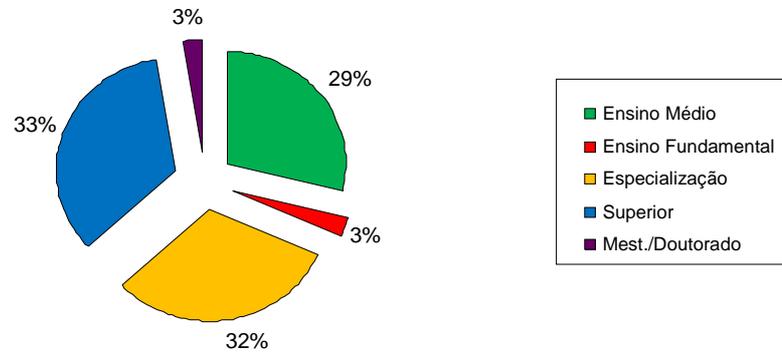


Gráfico 2 - Grau de instrução dos respondentes.

Fonte: Elaborado pela autora.

No gráfico 2, que corresponde ao grau de instrução dos respondentes, a maioria absoluta possui curso superior ou pós-graduação, e revela que mais de dois terços possui no mínimo curso superior, o que sugere um bom discernimento quanto as questões apontadas no questionário.

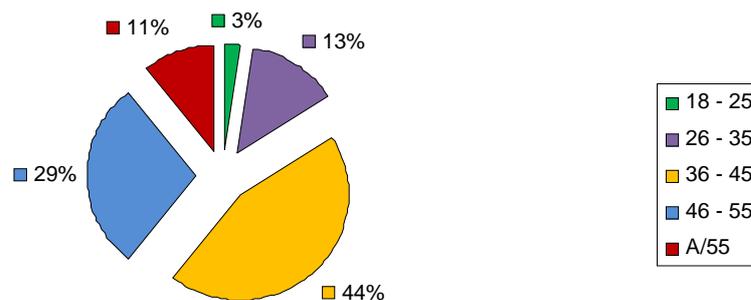


Gráfico 3 – Faixa etária da idade dos respondentes.

Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 3, compreende a faixa etária, a qual, mais de setenta por cento possui entre 36 a 55 anos, indicando um grupo de atores com experiência de vida e profissional.

5.3 SELEÇÃO DOS TEMAS RELEVANTES E GRAU DE RELEVÂNCIA

Para a escolha dos temas e indicadores relevantes e a importância relativa de cada, as listas dos temas e indicadores foram apresentadas aos componentes da amostra. Os respondentes foram instados a indicar a relevância de cada um e apontar outros temas e indicadores que considerassem importantes para avaliar turismo sustentável do sistema em foco e que não constaram da relação apresentada.

Confrontando as respostas com o critério adotado, constatou-se que todos os temas relacionados no questionário foram considerados relevantes para avaliar as dimensões do turismo sustentável do município. Este resultado pode indicar a adequação da relação dos temas potenciais ou a dificuldade dos respondentes em identificar um grupo menor de temas. Isto traz dificuldades adicionais, uma vez que aumenta a complexidade do trabalho de avaliação devido ao número elevado de temas.

Além dos temas apresentados no questionário, foram sugeridos cinco temas por alguns dos respondentes:

- Empreendedorismo
- Artesanato
- Intercâmbio - Brasil/Bolívia
- Intercâmbio prático com outras regiões turísticas similares.

Os graus de relevâncias ou importâncias dos temas por dimensões foram encontrados da seguinte forma: calculou-se a média dos valores das respostas dos atores para cada tema; procedeu-se a soma dos valores encontrados para cada tema; dividiu-se o resultado de cada tema pela soma dos valores, obtendo-se as relevâncias dos temas numa escala de zero (0) a um (1). Quando os valores obtidos são multiplicados por cem (100), encontram-se as relevâncias relativas ou percentuais, conforme exemplo da tabela 1 e gráfico 4.

Tabela 1 - Grau de importância dos temas para dimensão Sociedade e Cultura.

Temas para Dimensão Sociedade e Cultura	Média	Índice	Relevância %
Comunidade local	8,53	0,17	17,45
Demografia	6,95	0,14	14,22
Impacto Renda Familiar	7,97	0,16	16,31
Saúde/Segurança	8,21	0,17	16,80
Condições de Acesso	8,47	0,17	17,33
Patrimônio e cultura local	8,74	0,18	17,88
Total	48,87	1,00	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

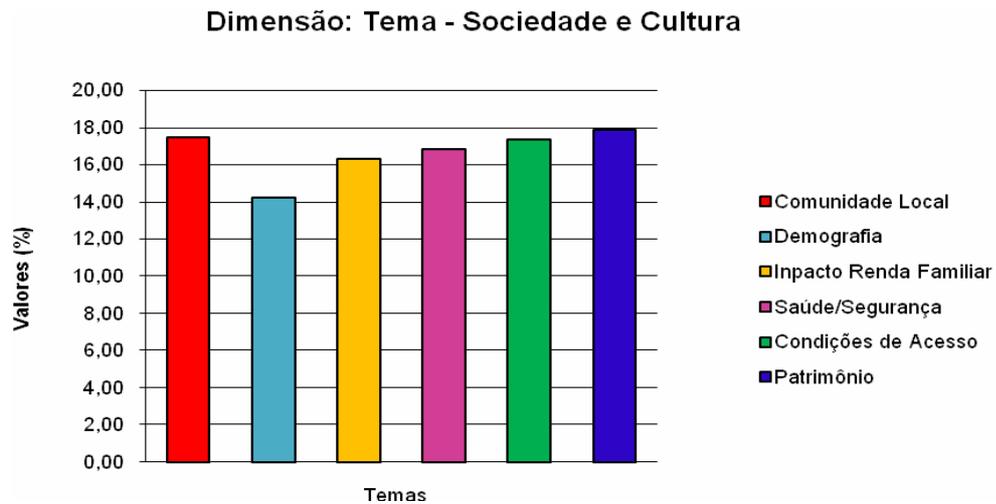


Gráfico 4 - Resultados da média, índices e relevância do tema.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na visão dos respondentes, não há um tema de destaque para a dimensão analisada, haja vista que as importâncias estão situadas entre 14,22% a 17,88%.

Foram realizados testes para verificar a existência de diferenças significativas entre as importâncias atribuídas a cada tema, utilizando o XLSTAT 7.5.2 (*Comparison of k Proportions*). Os valores encontrados foram:

Chi-square test	
Chi-square (observed value)	0,237
Chi-square (critical value)	15,086
DF	5
One-tailed p-value	0,999
Alpha	0,01
Monte Carlo method	
Chi-square (observed value)	0,237
Chi-square (critical value)	14,670
One-tailed p-value	1,000
Alpha	0,01
Chi-square (observed value)	0,237

Assim, os testes indicaram que, ao nível de significância de 0,01 não são significantes as diferenças entre as importâncias atribuídas pelos atores chaves a cada tema dentro da dimensão analisada. Isto quer dizer que o analista, ao avaliar o turismo sustentável do

município, poderia adotar os temas como igualmente importantes, sem correr grande risco de estar sendo arbitrário.

Os mesmos procedimentos adotados para os temas da dimensão Sociedade e Cultura foram adotados para os temas das outras dimensões, inclusive os testes para verificar existência de diferenças de importâncias entre elas.

Na tabela 2 são apresentados os resultados para todos os temas.

Tabela 2 - Média e grau de relevância dos temas para as dimensões.

Tema	Média das respostas	Grau de relevância
Dimensão: Economia		
Emprego	9.29	0,28
Economia local/rentabilidade do turismo	7.79	0,24
Investimento	8.24	0,25
Preço dos serviços turísticos	7.61	0,23
Dimensão: Atividade Turística		
Oferta turística	8.05	0,21
Intensidade Turística	7.18	0,19
Receita	7.92	0,20
Qualidade/satisfação do turismo	8.39	0,22
Grau de sazonalidade	7.18	0,19
Dimensão: Meio Ambiente		
Preservação da natureza	9.34	0,36
Número de espécies	8.00	0,31
Gestão Ambiental	8.68	0,33
Dimensão: Sociedade e Cultura		
Comunidade local	8.53	0,17
Demografia	6.95	0,14
Impacto na renda familiar	7.97	0,16
Saúde e Segurança	8.21	0,17
Condições de Acesso	8.47	0,17
Patrimônio e cultura local	8.74	0,18
Dimensão: Institucional		
Planejamento	9.18	0,52
Informações sobre o turismo	8.58	0,48

Fonte: Elaborada pela autora.

A diferença de importância de um tema para outro não é significativa dentro de cada dimensão, indicando assim que todos os temas potenciais devem ser considerados (igualmente importantes) para avaliação da atividade do turismo no município.

5.4 INDICADORES RELEVANTES POR TEMA E GRAU DE RELEVÂNCIA

Confrontando as respostas com o critério para verificar se o indicador foi considerado relevante na visão dos respondentes, constata-se que apenas 2 (dois) são eliminados: “mão-de-obra importada” (de fora da cidade) com 29 respostas, correspondendo a 76,31% no intervalo de 1 a 5 pontos, e “Proporção entre turistas e população nativa” com 19 respostas, que variaram de 1 a 5 pontos, considerando a 50% do total. Todos os demais indicadores foram considerados relevantes. Aqui vale a mesma observação feita para temas, o resultado pode indicar a adequação da relação dos indicadores potenciais ou a dificuldade dos respondentes em identificar um grupo menor de indicadores para avaliação. Este resultado também traz dificuldades adicionais para avaliação, uma vez que aumenta a complexidade do trabalho de avaliação devido ao número elevado de indicadores, uma vez que tal fato dificulta a utilização dos resultados pelos tomadores de decisão.

Foram sugeridas pelos respondentes algumas questões, listadas a seguir, como relevantes. Não são indicadores propriamente, mas aspectos que podem estar associados aos indicadores:

- Pequenos negócios;
- Intercâmbio cultural, sócio-econômico fronteiriço;
- Centro de apoio ao turismo de Guajará-Mirim, equipados com sistema de computação e internet;
- Um lugar próprio que mostre a culinária da região (comidas típicas, e frutas da região);
- Situação de saúde da população;
- Lojas de artesanato (valorização artigos/indígena);
- Principais locais visitados (interesse turístico);
- Transporte histórico (estrada de ferro).

Embora a freqncia de citação tenha sido baixa, algumas dessas questões podem ser transformadas em indicadores potenciais e devem ser analisadas para inclusão em uma possível relação de indicadores para avaliação do turismo do município. Entre estas, podem ser listadas: principais locais visitados e saúde da população.

Após a eliminação daqueles indicadores considerados não relevantes, procedeu-se a análise das respostas sobre relevância dos indicadores. O procedimento adotado foi o mesmo já descrito no item anterior para a relevância dos temas. A seguir os detalhes da análise para os indicadores do tema “Comunidade Local”.

O referido tema congrega 6 (seis) indicadores. Inicialmente foi calculado o valor médio de respostas para cada indicador. Procedeu-se então a soma desses valores para encontrar o escore total. Este, por sua vez, corresponde a 100% (cem por cento) ou relevância total igual a 1 (numa escala de zero (0) a um (1)). A partir do escore total, determinou-se a importância relativa de cada um dos indicadores. As informações obtidas são apresentadas na tabela 3 e no gráfico 5.

Tabela 3 - Média, e grau de relevância de indicadores para tema.

Indicadores	Média das respostas	Importância Índice	Relevância %
4.1.1 - Satisfação dos residentes com o turismo;	7,68	0,17	17,18
4.1.2 - Reclamações apresentadas pelos residentes;	7,18	0,16	16,06
4.1.3 - Serviços sociais disponíveis para a comunidade, decorrente do turismo;	7,42	0,17	16,59
4.1.4 - Utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes;	6,55	0,14	14,65
4.1.5 - Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na região;	7,95	0,18	17,76
4.1.6 - Grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infra-estrutura para beneficiar a comunidade local.	7,95	0,18	17,76
Total	44,73	1,00	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

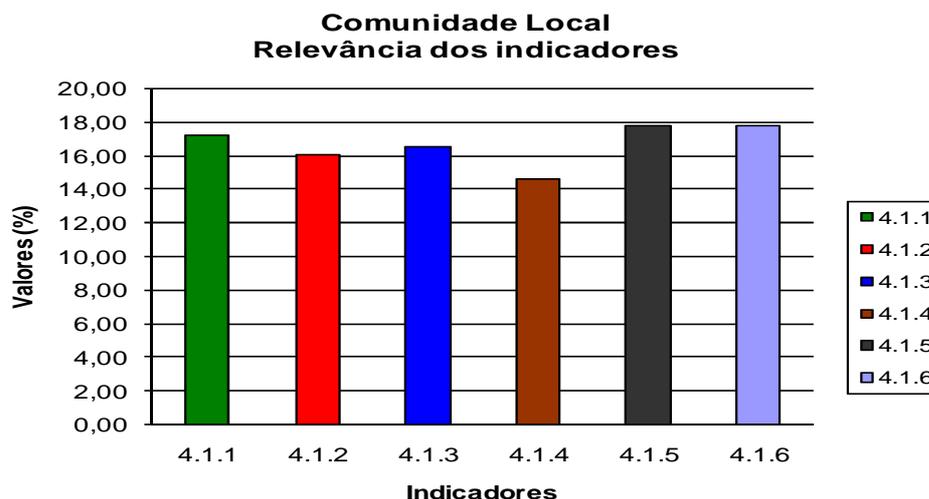


Gráfico 5 - Resultados da média, índices e relevância dos indicadores

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser constatado, não há grandes diferenças entre as relevâncias dos indicadores para o tema analisado. Estes mesmos procedimentos foram realizados para as análises de todos os indicadores.

Foram realizados testes para verificar a existência de diferenças significativas entre as importâncias atribuídas em cada indicador, utilizando o XLSTAT 7.5.2 (*Comparison of k Proportions*). Os valores encontrados foram:

Chi-square test	
Chi-square (observed value)	0,196
Chi-square (critical value)	15,086
DF	5
One-tailed p-value	0,999
Alpha	0,01
Monte Carlo method	
Chi-square (observed value)	0,196
Chi-square (critical value)	15,124
One-tailed p-value	1,000
Alpha	0,01
Chi-square (observed value)	0,196

Assim, os testes indicaram que, ao nível de significância de 0,01 não são significantes as diferenças entre as importâncias atribuídas pelo atores chaves a cada indicador para o tema analisado. Isto quer dizer que o analista, ao avaliar o turismo sustentável do município, poderia adotar os indicadores como igualmente importantes, sem correr risco de estar sendo arbitrário.

Os mesmos procedimentos adotados para os indicadores do tema “comunidade local” foram adotados para os indicadores dos outros temas, inclusive os testes para verificar existência de diferenças de importâncias entre elas. A diferença de importância de um indicador para outro não é significativa dentro de cada tema, indicando assim que todos os indicadores relevantes devem ser considerados (igualmente importantes) para avaliação da atividade do turismo no município.

5.5 AGRUPAMENTO DE DIMENSÕES, TEMAS E INDICADORES

Tendo em vista que todos os temas foram considerados relevantes e apenas dois indicadores potenciais foram eliminados e considerando que alguns temas são compostos por apenas um indicador, procurou-se fazer uma análise visando construir um conjunto menor

possível de dimensão, tema e indicadores, sem perder a riqueza de informações. Esta etapa, faz parte da análise e julgamento do pesquisador.

Constatou-se que seis temas têm apenas um indicador a eles vinculados. São eles:

- **Tema** – Economia Local/Rentabilidade do Turismo
Indicador – Peso do Turismo na Economia Local;
- **Tema** – Investimento
Indicador – Investimento Público e Privado em Turismo;
- **Tema** – Preços dos Serviços Turísticos
Indicador – Evolução dos Preços;
- **Tema** – Oferta Turística
Indicador – Tipos de Turismo Oferecidos;
- **Tema** – Intensidade Turística
Indicador – Intensidade do Turismo no período de pico (pessoas/hectare);
- **Tema** – Número de espécies
Indicador – Ecossistemas Frágeis.

O indicador “peso do turismo na economia local” do tema Economia local/Rentabilidade do Turismo e o indicador “evolução dos preços Turísticos” do tema Preços dos Serviços Turísticos podem ser inseridos no tema “receita do turismo”. Os temas “oferta turística” e “intensidade turística” podem ser reunidos em único tema, que pode ser chamado de “Oferta e Intensidade Turística” sendo composto por dois indicadores.

O tema “Investimento” tem como indicador “investimento público e privado em turismo”, que pode estar contemplado pelo indicador “gasto anual no setor turístico” do tema “planejamento”, passando este último indicador a ser designado como “Investimento e gasto (público e privado) em Turismo”.

Os indicadores “percentagem de área protegida” e “espaços naturais/grau de naturalidade do meio” podem ser fundidos em um único indicador, chamado de “áreas protegidas”.

O tema “número de espécies” está contemplado pelo tema “preservação da natureza”.

O indicador “ecossistema frágeis” pode ser inserido no tema “preservação da natureza” com a seguinte redação: “número de espécies/ecossistema frágil”.

No tema “Emprego” os indicadores “Empregados do setor turístico por atividade” e “Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total” foram unificados por

estarem diretamente relacionados à “proporção entre emprego no setor turístico e o emprego total”.

No tema “oferta e intensidade turística” o indicador “intensidade do turismo no período de pico (pessoas/ hectare)” traz uma relação que mede a concentração do número de turista. Logo, o indicador “turistas média por Km²” do tema “demografia” pode ser incorporado a ele como “intensidade do turismo/média de pessoas por Km²”. Assim, fica excluído o tema “demografia”.

No tema “receita do turismo” os indicadores “origem dos turistas e perfil dos turistas” tratam da identificação e características de visitantes que por um motivo ou outro tem um destino de viagem, formando assim um único indicador “origem, perfil dos turistas e motivo da viagem”.

O tema “grau de sazonalidade” foi excluído pelo fato dos indicadores estarem contemplados em outros indicadores.

O indicador “turista por mês ou trimestre” foi incluído no indicador “estada média” do tema “receita do turismo”, pois ambos tratam de informações do período de permanência, ficando a seguinte redação para o indicador “número de turistas/estada média (pernoite)”.

O indicador “desemprego na temporada baixa” foi excluído, por estar contemplado no indicador “proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total”, pois o município ainda não tem períodos relevantes de destaque do turismo, temporada alta ou baixa para ser medido. Logo, o indicador foi considerado não relevante para uso imediato.

No tema “impacto na renda familiar”, os dois indicadores: “aumento/diminuição da renda familiar (média); e aumento/diminuição dos gastos familiares”, elimina-se o termo “diminuição”. Fazendo adequação de redação, podem ser expressos como: “aumento da renda familiar (média)” e “aumento dos gastos familiares”;

No tema “saúde e segurança”, o indicador “visitantes acusados de crimes” foi incorporado ao indicador “crimes denunciados/ em que tenha visitantes implicados”. Os dois indicadores têm o mesmo objetivo: saber o grau de visitantes envolvidos em crimes.

No tema “tipos e condições de acesso”, os indicadores: “política que considera as necessidades de pessoas com deficiências” e “transporte público apropriado, inclusive para pessoas com deficiências” e “hotéis com habilitação acessível a pessoas com deficiência”, foram unificados por terem o mesmo objetivo, passando assumir a seguinte redação: “Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências, incluindo transporte público e hotéis com acesso a deficientes”.

No tema “patrimônio e cultura local”, foram agrupados dois indicadores, pois considerou-se que um completa o outro “residentes que continuam usando trajes típicos, os costumes, o idioma, a cozinha/práticas culturais” e “aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais”, passando a ter nova redação: “preservação da cultura local: trajes típicos, os costumes, a cozinha/práticas culturais e eventos tradicionais”.

No tema planejamento, o indicador “contribuição econômica anual do turismo e projetos para comunidade” foi dividido e inserido: a) “contribuição econômica anual do turismo”, b) “projetos para a comunidade” foi inserido ao indicador “planos e programas com foco em turismo e sustentabilidade”, por contemplar as mesmas informações.

No tema “informações sobre turismo sustentável”, o indicador “pessoas que tem acesso a informação”, foi excluído por estar contemplado no indicador “Visitantes que recebem informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua vinda ao destino turístico”, adotado a seguinte redação: “visitantes com acesso a informação sobre práticas do turismo sustentável antes da sua visita ao destino turístico”.

Na mesma linha de pensamento, parece ser possível tratar as questões relativas à “economia” e “atividade turística” como uma única dimensão, pois todos os temas guardam relação entre si. Assim, essa dimensão pode ser designada como “economia e atividade turística”.

O quadro 11 apresenta uma síntese das alterações propostas pela presente análise.

Dimensão Potencial	Alteração	Motivo	Resultado
Economia e Atividade Turística	Unificadas	Os temas guardam a mesma relação entre si	Economia e Atividade Turística
Tema Potencial	Alteração	Motivo	Resultado
Economia local/Rentabilidade do Turismo	Excluído	Só um indicador e este está contemplado em outro indicador.	Excluído
Preços dos serviços turísticos	Excluído	Só um indicador e este está contemplado em outro indicador.	Excluído
Oferta Turística e Intensidade Turística	Unificados	Os dois indicadores medem o mesmo fato	Oferta e Intensidade Turística
Investimento	Excluído	Só um indicador e este está contemplado em outro indicador.	Excluído
Número de espécies	Excluído	Contemplado pelo tema preservação da natureza.	Inserido ao indicador ecossistemas frágeis
Grau de Sazonalidade	Excluído	Os indicadores estão contemplados em outros indicadores	Excluído
Demografia	Excluído	Um indicador eliminado pela consulta aos atores e outro agregado a indicador similar.	Excluído
Indicador potencial	Alteração	Motivo	Resultado
Peso do turismo na economia local e Evolução dos preços turísticos	Excluído	Contemplado em Receita do Turismo medindo o mesmo fato.	Inseridos no Tema “Receita de Turismo”
Investimento Público e Privado em Turismo e Gasto anual no Setor Turístico	Inserido no tema planejamento	Os dois medem o mesmo fato.	Investimento e gasto (público e privado) em Turismo
Porcentagem de área protegida e Espaços naturais/grau de naturalidade do meio	Unificados	Os dois medem o mesmo fato.	Áreas Protegidas
Empregados do Setor Turístico por Atividade e Proporção entre o Emprego no Setor Turístico e o Emprego Total	Unificados	Diretamente relacionados.	Proporção entre o Emprego no Setor Turístico e o Emprego Total
Intensidade do Turismo no período de pico (pessoas/hectare) e turistas média por km ²	Unificados	Os dois indicadores medem o mesmo fato, alterando apenas a unidade de medida.	Intensidade do Turismo - média de pessoas por Km ²
Origem dos Turistas e Perfil dos Turistas	Unificados	Tratam da identificação e características dos visitantes.	Origem, perfil dos turistas e motivo da viagem
Turistas por mês ou Trimestre e Estada Média	Unificados	Ambos tratam de informação sobre período de permanência e intensidade.	Número de Turistas/Estada Média (pernoite)
Desemprego na Temporada Baixa	Excluído	Contemplado no indicador: Proporção entre o Emprego no Setor Turístico e o Emprego Total.	Excluído

Aumento/diminuição da renda familiar (média); Aumento/diminuição dos Gastos Familiares	Retirado o termo “diminuição”	Adequação de redação	Aumento da renda familiar (média); e Aumento dos Gastos Familiares
Visitantes acusados de crimes e Crimes denunciados/ em que tenha visitantes implicados;	Unificados	Os dois indicadores têm o mesmo objetivo.	Crimes denunciados /em que tenha visitantes implicados;
Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências; Transporte público apropriado, inclusive para pessoas com deficiências; e hotéis com habilitação acessível a pessoas com deficiência	Unificados	Terem o mesmo objetivo	Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências: transporte público, e hotéis com acesso a deficiente
Residentes que continuam usando trajes típicos, os costumes, o idioma, a cozinha/práticas culturais; e Aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais	Agrupados e englobados	Um indicador completa o outro	Preservação da cultura local: trajes típicos, os costumes, a cozinha/práticas culturais e eventos tradicionais
Contribuição econômica anual do turismo e projetos para a comunidade; e Planos e programas com foco em turismo e sustentabilidade	Alteração de redação	Contempla as mesmas informações	Planos e Programas com foco em turismo e sustentabilidade; e Contribuição econômica anual do turismo
Pessoas que tem acesso a informação	Excluído	Contemplado no indicador visitantes que recebem informação sobre práticas do turismo sustentável antes de sua vinda ao destino turístico	Visitantes com acesso a informação sobre práticas do turismo sustentável antes de sua vinda ao destino turístico

Quadro 11 - Resumo das alterações realizadas nas dimensões, temas e indicadores.

Fonte: Elaborada pela autora.

5.6 DIMENSÃO, TEMAS E INDICADORES RELEVANTES E GRAU DE RELEVÂNCIA

Após os ajustes descritos no item anterior, chegou-se a uma configuração com 04 dimensões, 13 (treze) temas e 45 (quarenta e cinco) indicadores.

As relevâncias dos temas e dos indicadores resultantes foram obtidas a partir das relevâncias originais. Assim, depois de analisados e considerando que dentro de suas dimensões o grau de relevância de um tema para outro e seus indicadores também comparados, são todos relevantes, mas, a relevância de um para outro não são significantes.

Também pôde-se observar que o resultado da análise e seus respectivos graus de relevância da dimensão, “economia/atividade turística” com os temas emprego 0,28, oferta e intensidade turística 0,22, receita do turismo 0,24 e qualidade/satisfação turismo 0,26, conforme, citado no item 5.4 em uma escala de zero a um, os intervalos de um para outro onde o mínimo 0,22 e máximo 0,28, não são significantes.

Para análise dos indicadores também foi realizada a mesma informação, a exemplo temos o tema “emprego” com os indicadores e seus respectivos graus de relevância: proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total, relevância de 0,32; salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade, relevância de 0,31; e grau de qualificação dos trabalhadores em turismo, relevância de 0,37 e observando a mesma escala de zero a um, os intervalos de um para outro onde o mínimo 0,31 e o máximo 0,37, não são significantes.

A mesma análise foi realizada para os demais temas e indicadores, chegando a conclusão que são relevantes para serem estudados e ou aplicados, mas, o grau de relevância em cada dimensão entre um tema para outro, e dentro de cada tema um indicador para o outro não são significantes.

Considerando ainda a caracterização dos respondentes que são adultos trabalhadores com escolaridade de nível superior e especialistas e que trabalham nas áreas escolhidas que foca o conhecimento das necessidades do município, em entidades públicas, privadas e associações, e que a pesquisadora ficou disponível para esclarecer quaisquer dúvidas, concluiu-se que estes sujeitos sabiam o que estavam respondendo e a maioria achava que eram relevantes.

O resumo geral das dimensões, relevâncias dos temas e indicadores após o ajuste é apresentado na tabela 4.

Tabela 4 - Relevância dos temas e indicadores para avaliar turismo sustentável no município.

Dimensões	Temas	Relevância	Indicadores	Relevância
Economia/ Atividade Turística	Emprego	0,28	Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total;	0,32
			Salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade;	0,31
			Grau de qualificação dos trabalhadores em turismo.	0,37
	Oferta e intensidade turística	0,22	Tipos de turismo oferecidos;	0,51
			Intensidade do turismo média de pessoas por km ² .	0,49
	Receita do turismo	0,24	Nº. Turistas/estada média (pernoite);	0,16
			Origem, Perfil dos turistas e motivos da viagem;	0,16
			Peso do turismo na economia local;	0,17
			Evolução dos preços turísticos;	0,16
			Gasto turístico;	0,17
	Ocupação em estabelecimento de hospedagem.	0,18		
	Qualidade/satisfação do turismo	0,26	Estabelecimento com certificação de qualidade	0,31
			Grau de satisfação dos turistas	0,35
Reclamações recebidas dos turistas			0,34	
Meio Ambiente	Preservação da Natureza	0,52	Áreas protegidas;	0,18
			Orçamento de conservação do local onde existe a atividade turística;	0,17
			Percentual da comunidade local que trabalha em atividade de preservação;	0,16
			Nível de atividade destinada a envolver os turistas em tarefas de proteção;	0,17
			Turistas que recebem material de preservação;	0,15
			Número de espécies/ecossistema frágil	0,17
	Gestão Ambiental	0,48	Consumo de água atribuível aos turistas	0,23
			Consumo de eletricidade atribuível aos turistas;	0,24
			Produção de resíduos atribuível aos turistas;	0,25
Gestão de resíduos			0,28	

Sociedade e Cultura	Comunidade Local	0,20	Satisfação dos residentes com o turismo;	0,17
			Reclamações apresentadas pelos residentes;	0,16
			Serviços sociais disponíveis para a comunidade, decorrente do turismo;	0,17
			Utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes;	0,14
			Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região;	0,18
			Grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infra-estrutura para beneficiar a comunidade local.	0,18
	Impacto na Renda Familiar	0,19	Aumento/renda familiar (média);	0,51
			Aumento/dos gastos familiares.	0,49
	Saúde e Segurança	0,20	Crimes denunciados/em que tenha visitantes implicados;	0,49
			Visitantes alertados sobre a gravidade do problema da criminalidade.	0,51
	Tipo e Condições de Acesso	0,20	Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências: Transporte público; hotéis com acesso/deficientes.	1,00
	Patrimônio e Cultura Local	0,21	Preservação da cultura local: trajes típicos, os costumes, a cozinha/práticas culturais, eventos tradicionais.	0,24
			Turistas que assistem os eventos;	0,25
			Locais e estruturas que reúnem as condições para receber tombamento e são efetivamente tombados	0,25
Recursos destinados anualmente para restauração, conservação e manutenção de bens culturais.			0,26	
Institucional	Planejamento	0,52	Planos e Programas com foco em turismo e sustentabilidade;	0,35
			Contribuição econômica anual do turismo;	0,33
			Investimento e gasto (público e privado) em turismo.	0,32
	Informações sobre Turismo Sustentável	0,48	Número e tipos de meio/canal utilizados para promover o turismo sustentável	0,33
			Visitantes com acesso a informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua visita ao destino turístico.	0,34
			Satisfação da comunidade com qualidade e quantidade de informação que recebe sobre questões turísticas e sustentabilidade;	0,33

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

5.7 DESCRIÇÃO E DADOS NECESSÁRIOS PARA MENSURAÇÃO DOS INDICADORES

A etapa fundamental que antecede o processo de avaliação é a especificação e detalhamento técnico e metodológico dos indicadores.

Embora este trabalho não objetivasse completar a tarefa de realizar a avaliação, sugere-se a adoção de uma folha metodológica, em forma de ficha, adaptada de D.R.E (2006), mas que foi originalmente proposta pela Comissão das Nações Unidas para avaliação de desenvolvimento sustentável das Nações.

Sugere-se também a inclusão de critérios de desempenho para permitir o cálculo e expressão dos valores de todos os indicadores numa escala.

Assim o quadro 12, apresenta-se um exemplo de construção da ficha metodológica utilizando o indicador “percentagem de área protegida” vinculado ao tema “preservação da natureza” da dimensão “meio ambiente”.

Dimensão: Meio Ambiente						
Tema			Indicador			
Preservação da Natureza			Percentagem de área protegida			
Descrição	Percentagem da superfície classificada como Área Protegida (incluindo todas as categorias) em relação à superfície total do município.					
Objetivo	Avaliar a vulnerabilidade do meio ambiente relativamente à intervenção humana, nomeadamente à atividade turística					
Como Mensurar	$\frac{\text{Superfície das Áreas Protegidas}}{\text{Superfície Total}} \times 100$			Unidade de medida	Percentual em hectare de área protegida em relação total da área do município.	
Critérios de Desempenho	Pior valor	Aceitável	Melhor valor	Escala (cinco setores)	Valor	Escore
	0	80	95	0-50-70-80-90-95		
Periodicidade de cálculo	Semestral					
RELEVÂNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE						
A criação das Áreas Protegidas é uma condição necessária para que região/município preservem os seus ecossistemas, assim como o seu património histórico-cultural.						
Fonte dos Dados				Observação – Recomendação		
Dados fornecidos pelo IBAMA e SEDAM				A região foco do estudo possui boa parte de seu território destinado a área de proteção.		

Quadro 12 – Ficha metodológica de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo.

Fonte: Adaptado de D.R.E, 2006.

Como pode ser verificado, os itens que constam na ficha são informações necessárias para compreensão e mensuração dos indicadores:

- Descrição do indicador: descrever o indicador declarando ao avalista e interessados as informações necessárias sobre o mesmo;
- Objetivo: declarar qual o objetivo almejado com a mensuração do indicador;
- Como mensurar: especificar o processo pelo qual o indicador será medido;
- Unidade de medida: informar em qual unidade será expresso o resultado;
- Critério de desempenho: declarar quais são os valores mínimos e máximos, em escala de setores, que serão adotados como referência para mensuração;
- Periodicidade do cálculo: informar qual a periodicidade de medida do indicador, tendo como parâmetro a previsão de velocidade de mudanças em seus valores;
- Valor do indicador: declarar após a mensuração, o valor do indicador na unidade de medida adotada;
- Escore: é o valor do indicador numa escala para expressar os valores de todos os indicadores;
- Relevância para a sustentabilidade: declarar qual a importância do indicador para manutenção ou alcance da sustentabilidade;
- Fontes dos dados: dizer quais organizações são responsáveis e/ou podem ser fontes dos dados para cálculo do indicador;
- Observações: outras informações julgadas pertinentes.

Considerando que para encontrar os critérios de desempenho para muitos dos indicadores será necessário consulta e/ou trabalho de vários especialistas – equipe multidisciplinar – não é possível apresentar as fichas metodológicas completas de todos os indicadores.

Entretanto, no quadro 13 são apresentadas as informações básicas sobre os indicadores de forma a permitir a realização do trabalho de estabelecer os critérios de desempenho e complementares.

Indicador	Descrição	Informação Necessária para mensuração	Mensuração e Periodicidade	Possíveis Fontes de Informação
Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total.	Percentual de emprego no setor turístico em relação emprego das demais áreas.	Relação Anual de Informação Social (RAIS); Cadastro de Empregados e Desempregados do MTE (CAGED); Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).	Percentagem de emprego no setor turístico relativo ao total de emprego e número de pessoas empregadas. Periodicidade: anual	IBGE, MTE, PNAD.
Salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade.	Salário médio pagos aos empregados do setor do turismo.	Níveis de salários pagos no município e estatísticas do emprego / desemprego/tipo de emprego/ quantidade de empregados no setor turístico e outros setores.	Salário médio no setor de turismo pelo salário médio de outros setores. Periodicidade: anual	IBGE, MTE, PNAD.
Grau de qualificação dos trabalhadores em turismo.	Pessoal que trabalha com atividade turística, considerando o grau de qualificação, ou seja, com cursos superiores, médios, técnicos, etc., relativamente ao total de empregados no setor.	Número de pessoas que trabalha no setor turístico por grau de qualificado.	Encontrar a média por cada nível de escolaridade no setor turístico. Periodicidade: anual	RAIS, Secretaria do Turismo e Lazer.
Tipos de turismo oferecidos;	São os diversos tipos de turismo oferecidos no município.	Tipo de turismo oferecido.	Quantidade de tipos de turismo oferecido. Periodicidade: anual.	CNAE, Secretaria do Turismo e Lazer.
Intensidade do turismo.	Volume de pessoas no período de alta atividade turística.	Número médio de turistas por dia. População residente. Quantidade de km ² da área turística.	Percentagem do número de turistas entrados em relação à população residente. Número de turistas por km ² . Periodicidade: Período de alta atividade.	Secretaria do Turismo e Lazer.
Número de turistas/estada média (pernoite);	Número de turistas por período de noites que, em média, um turista passa no município.	Número de turistas e nível de ocupação dos locais de pernoites.	Quantidade de dias de permanência do turista, incluindo os vários segmentos turísticos. Periodicidade: Período de alta atividade.	Hotéis, pousadas e Secretaria do Turismo e Lazer.

Origem, Perfil dos turistas e motivos da visita.	Procedência dos turistas, tipos de turismo procurado e os motivos da viagem. Característica dos turistas que procuram a Região.	- Levantamento do motivo da viagem: trabalho, negócio, lazer, congressos, eventos culturais, outros; - Levantamento da origem dos turistas.	Percentual do nº. de turistas por origem e motivo da viagem. Periodicidade: trimestralmente.	Secretaria do Turismo e Lazer; Agências de turismo; hotéis e restaurantes.
Peso do turismo na economia local.	Percentagem do PIB turístico sobre o PIB total do município. Corresponde ao peso que a produção total de bens e serviços do turismo tem na economia.	Varição da economia turística no que poderá influenciar na economia total local. - PIB total; - PIB turístico.	Percentual do PIB atribuído ao turismo. Periodicidade: anual.	IBGE, Secretaria de Planejamento e Fazenda; Secretaria de Turismo.
Evolução dos preços turísticos.	É um indicador que tem por finalidade medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de bens e serviços, onde se incluem os preços de artigos turísticos.	IPC turístico da classe restaurantes e Hotéis, ficando de fora todo um conjunto de outras atividades ligadas ao turismo. - IPC do município; - IPC do turismo.	Varição anual dos preços de serviços de hotelaria e restaurante Periodicidade: anual.	Secretaria do Turismo e Lazer; Secretaria de Planejamento.
Gasto turístico;	Gasto médio do turista por dia. Conhecer os gastos que os turistas realizam no destino, enquanto reflexo do nível de oferta existente.	Valor gasto por turista por dia de permanência.	Gasto médio do turista por dia no município por tipo de turismo.	Secretaria do Turismo e Lazer; Secretaria de Planejamento; Hotéis e restaurantes, etc.
Ocupação em estabelecimento de hospedagem.	Capacidade de alojamento oferecido (camas) por km ² .	Número média anual de turistas.	Relação entre capacidade de alojamento e número de turistas	Estabelecimentos hoteleiros.
Estabelecimento com certificação de qualidade.	Estabelecimentos hoteleiros com sistema de qualidade e certificado de gestão ambiental.	Número total de estabelecimento e número com certificação.	Percentual de estabelecimento com certificação em relação ao total de estabelecimentos. Periodicidade: anual.	Estabelecimentos hoteleiros; e Sec. de Turismo e Lazer. Órgãos de certificação e/ou fiscalização.
Grau de satisfação dos turistas.	Manifestação dos turistas de satisfação em relação à sua estada na Região.	Grau de satisfação (opinião) do turista sobre: apoio ao turista, transporte, serviços hoteleiros e de restaurante, gastronomia regional, vida noturna, compras, cultura, clima, segurança, etc.	Percentagem de turistas com uma boa ou muito boa impressão, pelo total de turistas visitados na região. Periodicidade: trimestral.	Secretaria do Turismo e Lazer.

Reclamações recebidas dos turistas.	Registro de reclamações de turista.	Registro (questionários) das reclamações e sugestões.	Percentual total de reclamações, pelo número de entradas de turistas. Periodicidade: trimestral.	Secretaria do Turismo e Lazer.
Áreas protegidas.	Superfície classificada como Área Protegida (incluindo todas as categorias).	Percentual do território urbano e rural de área protegida	Percentual de área protegida em relação ao total. Periodicidade: anual.	SEDAM, IBAMA.
Orçamento de conservação do local onde existe a atividade turística.	Recursos destinados a conservação dos destinos turísticos.	Levantar a existência de Recursos destinados a conservação das áreas protegidas e monumentos históricos e culturais.	Valor do orçamento por local. Periodicidade: anual.	Sec. da Fazenda e Planejamento.
Percentual da comunidade local que trabalha em atividade de preservação.	Percentual dos residentes considerados da comunidade local que trabalham nesta área.	- Número de pessoas que trabalham em atividades de preservação; - Total de pessoas que trabalha.	Percentual de pessoas que trabalham em áreas de preservação em relação ao total de pessoas que trabalha. Periodicidade: anual.	IBAMA; SEDAM; ICMBIO, Sec. do Turismo e Lazer.
Nível de atividade destinada a envolver os turistas em tarefas de proteção.	Existência de tarefas de proteção que envolva os turistas no desenvolvimento das atividades turísticas.	- Número de atividade - Número de turistas	Percentual de turistas envolvidos em atividades de preservação. Periodicidade: anual.	IBAMA; SEDAM, ICMBIO; Secretaria de Turismo e ONG'S.
Turistas que recebe material de preservação.	Material de preservação destinado aos turistas.	Material de preservação, tais como: instrução e informação na coleta e tratamento de resíduos; uso e conservação do meio ambiente; informação necessária na visita do patrimônio histórico e cultural.	Percentual de turistas que recebem material de preservação. Periodicidade: anual.	ICMBIO; SEDAM; IBAMA; Secretaria de Turismo; ONG'S, etc.
Número de espécies/ecossistema frágil.	Ecossistema: proteção de espécies em extinção.	Número de espécies em extinção	Percentual de espécies em extinção em relação ao total de espécies. Periodicidade: anual.	IBAMA; SEDAM; ICMBIO.
Consumo de água atribuível aos turistas.	Consumo médio de água de abastecimento urbano atribuído ao turismo	Consumo de água de abastecimento urbano (m³). - Consumo médio da população - Consumo total de água pelo número de turistas.	Consumo médio por turista. Periodicidade: anual.	CAERD; Hotéis, Restaurantes, etc.
Consumo de eletricidade atribuível aos turistas.	Consumo médio de energia elétrica efetuado pelo turismo.	Consumo de energia elétrica (Mwh) - Consumo médio da população - Consumo total de energia pelo número de turistas.	Consumo médio por turista. Mwh/ano. Periodicidade: anual.	CERON; Hotéis, restaurantes, etc.

Produção de resíduos atribuível aos turistas;	Produção de resíduos sólidos urbanos atribuídos ao turismo.	- Produção média de resíduos da população - Produção total de resíduos - número de turistas	Produção de resíduos, média por turista. Periodicidade: anual.	SEMA; Sec. Serviços Públicos; IBGE.
Gestão de resíduos	Política e Ações de tratamento de resíduo.	- Quantidade de resíduos que recebem tratamento; - Total de resíduos.	Percentual de resíduos que recebem tratamento. Periodicidade: anual.	SEMA; Sec. de Serviços Públicos; IBGE.
Satisfação dos residentes com o turismo.	Opinião da população local sobre o desenvolvimento do setor turístico, na Região.	Opinião dos residentes.	Porcentagem dos residentes satisfeitos. Periodicidade: anual.	Sec. do Turismo e Lazer.
Reclamações apresentadas pelos residentes.	Registro das reclamações pelos residentes pela oferta turística.	Opinião dos residentes/ reclamações.	Número de reclamações dos residentes. Periodicidade: anual.	Sec. do Turismo e Lazer.
Serviços sociais disponíveis para a comunidade decorrente do turismo.	Disponibilidade de trabalhos sociais à comunidade local em decorrência da atividade turística.	Questionário aplicado a comunidade local da existência de serviços sociais.	Número de projetos sociais decorrentes do turismo que envolve a comunidade local. Periodicidade: anual.	Sec. do Turismo e Lazer; Sec. Ação Social e ONG's.
Utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes.	Utilização por parte da população residente de estabelecimento da rede hoteleiras com infra estrutura turística.	Grau de utilização, por parte da população residente; da infra-estrutura hoteleira: piscina, restaurante, sala de conferências/ reuniões, etc.	Porcentagem de residentes que utilizam as infra-estruturas dos hotéis, em proporção do número total de utilizadores. Periodicidade: anual.	Estabelecimentos hoteleiros e Sec. de Turismo e Lazer.
Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região.	O que pensam os residentes sobre o futuro do turismo.	Opinião da população local sobre o desenvolvimento futuro do setor turístico.	Percentual de respostas favoráveis de residentes sobre mais alternativas turísticas. Periodicidade: anual.	Sec. do Turismo e Lazer; Sec. Ação Social; ONG's.
Grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infra-estrutura para beneficiar a comunidade local.	Programas e Projetos de infra-estrutura turística com objetivos e metas de desenvolvimento para beneficiar a comunidade local.	Número de eventos que desenvolve infra-estrutura para a comunidade local.	Número de eventos no ano. Periodicidade: anual.	Sec. de Planejamento local; Sec. Turismo.
Aumento da renda familiar (média).	Atividades extras que poderão aumentar/diminuir a renda familiar.	Número de atividades que aumenta a renda familiar.	Número de eventos por ano. Periodicidade: anual.	Sec. de Turismo e Lazer; ONG's; Sec. Planejamento.

Aumento dos gastos familiares.	Tipo de gastos extras que poderão influenciar na renda familiar.	Número de atividades com gasto: participar ou assistir a eventos; realizar passeios turísticos; e comprar e ou acompanhar o modismo.	Número de eventos por ano. Periodicidade: anual.	Sec. de Turismo e Lazer.
Crimes denunciados/em que tenham visitantes implicados.	Implicações de turistas em crimes.	Número de ocorrências de crimes envolvendo turistas.	Percentual de crime envolvendo turistas em relação total de crimes. Periodicidade: anual.	Delegacia de Polícia Civil.
Visitantes informados sobre a gravidade do problema da criminalidade.	Grau de informação sobre criminalidade recebida pelos turistas	Número de turistas que recebem informação.	Percentual de turistas que recebem informação em relação ao total de visitantes. Periodicidade: anual.	Sec. de Turismo e Lazer; Sec. Ação Social.
Políticas que consideram as necessidades de pessoas com deficiências: transporte público, repartições públicas, comércio, hotéis com acesso/deficientes.	Políticas com programas para atender pessoas com necessidades especiais: acesso e lugar para pessoas com deficiência; hotéis com acesso para pessoas com deficiências ou necessidades especiais.	Transporte com lugares para pessoas com deficiência; Estabelecimentos preparados para atender pessoas com necessidades especiais.	Quantidade de programas de assistências. Quantidade de meios de transporte com acesso a pessoas com necessidades especiais; Percentual de hotéis que estão habilitados a receber pessoas com necessidades especiais. Periodicidade: anual.	Sec. de Assistência Social; Sec. Transporte local; Hotéis, pousadas, etc.
Preservação da cultura local pelos residentes: trajes típicos, os costumes, a cozinha/práticas culturais eventos tradicionais. Aumento/diminuição de atividades culturais ou tradicionais.	Residentes que passam os costumes, hábitos, idioma, crenças, trajes e comidas típicas e culturas de geração para geração. Aumento ou diminuição das atividades culturais e ou eventos tradicionais como atrativos turísticos.	Número de eventos e festivais culturais, que envolvam crenças, trajes, cozinha e práticas culturais.	Número de eventos com atividades tradicionais como atrativos turísticos. Periodicidade: anual.	Sec. de Turismo e Lazer
Turistas que assistem os eventos.	Turistas que procuram eventos oferecidos pelos residentes com diferencial cultural ou econômico.	Número de turistas que assistem eventos promovidos pelos residentes.	Percentual de turistas que assistem a eventos. Periodicidade: anual.	Sec. de Turismo e Lazer.

Locais e estruturas que reúnem as condições para receber tombamento e são efetivamente tombados.	Locais e estruturas, que guardam uma história e são preservadas como patrimônio histórico do município.	Número de locais tombados.	Número de estruturas tombadas como patrimônio cultural e histórico, em relação aos que reúnem condições para tombamento. Periodicidade: anual.	Sec. Turismo e Lazer.
Recursos destinados anualmente para restauração, conservação e manutenção de bens culturais.	Projetos com recursos financeiros para restauração e conservação dos bens históricos e culturais.	Volume dos recursos e número de bens culturais atendidos.	- Percentual de recursos em relação ao orçamento; - Percentual de bens culturais atendidos. Periodicidade: anual.	Secretarias: Planejamento, Fazenda e de Turismo e Lazer.
Planos e Programas com foco em turismo e sustentabilidade.	Planejamento estratégico na área do turismo e nos instrumentos de planejamento territorial com incidência turística.	Número de Planos e Programas.	Número de Planos, Programas e normas relevantes em matéria de turismo e sustentabilidade. Periodicidade: anual.	Sec. de Turismo e Lazer; e Sec. de Planejamento; e Sec. da Fazenda.
Contribuição econômica anual do turismo para a comunidade.	Planos e projetos turísticos que visam desenvolver o turismo no município	Número de planos ou projetos turísticos que atendam as necessidades econômicas da comunidade local.	Número de planos e projetos turísticos que visam desenvolver o turismo no município.	Sec. de Turismo e Lazer; Sec. de Planejamento; e Sec. da Fazenda.
Investimento (público e privado) em turismo.	Despesa e investimento, nos setores público ou privado, para o desenvolvimento turístico.	Investimentos realizados no setor turístico pelo setor Público e Privados.	Percentual do investimento do setor público e privado, pelo total do investimento de outras atividades no município. Periodicidade: anual.	Sec. da Fazenda, Assoc. Comercial e industrial local, empresas locais, órgão de turismo local e estadual.
Número e tipos de meios/canais utilizados para promover o turismo sustentável.	Disponibilidade de informação: tipos e meios utilizados para desenvolver o turismo sustentável.	Número e tipo de meios para facilitar o acesso à informação: audiovisual, impresso, eventos, internet, etc.	Quantidade e de tipos de meios/canais. Periodicidade: anual.	Sec. de turismo e lazer, eventos, hotéis.
Visitantes com acesso a informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua visita ao destino turístico.	Informação sobre sustentabilidade que chegam até aos visitantes, antes que eles chegam ao seu destino turístico.	Quantidade de turistas que recebem informações antes da viagem.	Porcentagem de visitantes informados sobre prática de turismo sustentável antes da viagem.	Meios de comunicação: Sec. Turismo local e Estadual e Agências de viagens/turismo.

Satisfação da comunidade com qualidade e quantidade de informação que recebem sobre questões turísticas e sustentabilidade.	O grau de satisfação da comunidade em quantidade/qualidade de informação suficiente sobre questões turísticas sustentável.	Quantidade de pessoas satisfeitas.	Percentual de pessoas satisfeitas em relação ao total de adultos do município. Periodicidade: anual.	Associação de bairros, Sec. do Turismo e Lazer, Sec. de Planejamento.
---	--	------------------------------------	---	---

Quadro 13 – Descrição dos Indicadores e Informações necessárias para Mensuração.

Fonte: elaborada pela autora.

5.8 CÁLCULO DOS INDICADORES

Para o cálculo dos indicadores recomenda-se a utilização de uma escala de desempenho, conforme sugerido por Siena (2008), tendo por base o trabalho de Prescott-Allen (2001). De acordo com o referido autor, a escala é do tipo que possui definição de dois extremos: melhor e pior desempenho e as características: base 0 (zero) e topo cem (100); 0 (zero) é base da banda ruim (insustentável); 20: topo da banda ruim e base da banda pobre (quase insustentável); 40: topo da banda pobre e base da banda intermediária; 60: topo da banda intermediária e base da banda aceitável (quase sustentável); 80: topo da banda aceitável e base da banda boa (sustentável); e, 100: topo da banda sustentável.

Em relação aos critérios de desempenho, para Siena (2008) os indicadores podem ser classificados em cinco grupos ou tipos: 1. Melhor desempenho é 0 (zero), 100 % ou paridade; 2. sem limite para o melhor desempenho possível, mas o limite para o pior possível é 0 (zero); 3. definição de nível sustentável, fora do qual as condições são insustentáveis; 4. nível sustentável definido somente em um extremo, além da qual as condições são insustentáveis; 5. desempenho bom e ruim claramente definido, mas sem definição do melhor, do pior ou do nível sustentável.

A utilização deste tipo de escala permite que todos os indicadores sejam expressos na mesma unidade, possibilitando a construção de índices por temas, dimensões e índice geral para o turismo.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Pelo estado da arte sobre o assunto, foi possível localizar alguns conjuntos de indicadores, mas estes são em geral compostos por um grande número de questões, o que dificulta a utilização pelos tomadores de decisão, e foram desenvolvidos para regiões distintas do objeto foco de estudo. Foi elaborada uma lista com 5 (cinco) dimensões, 20 (vinte) temas e 59 (cinquenta e nove) indicadores potenciais, submetida ao crivo de uma amostra de atores sociais representativos do município.

Os resultados das análises das respostas apontaram que, na visão dos atores chaves, todos os temas apresentados são relevantes e apenas dois indicadores potenciais não foram considerados relevantes: “mão-de-obra importada” (de fora da cidade) e “proporção entre turistas e população nativa”.

Este resultado indica que, para os atores consultados: não é relevante se os trabalhadores na atividade turística são ou não membros da comunidade local; não é relevante o montante de turistas em comparação à comunidade local. Esta visão pode ser atribuída ao fato de que o turismo naquela localidade ainda se concentra no tipo comercial, notadamente nas compras na área de fronteira. O turista com este objetivo, em geral, permanece por período muito curto na cidade.

A não eliminação de temas e a eliminação de apenas dois indicadores levaram a uma análise qualitativa, onde se constatou sobreposição de questões, ensejando a combinação de dimensões, temas e indicadores.

A partir das análises, chegou-se a uma configuração final de um conjunto envolvendo 4 (quatro) dimensões, 13 (treze) temas e 45 (quarenta e cinco) indicadores para avaliação do turismo sustentável do município.

Na construção da folha metodológica dos indicadores, e como vários deles não são usuais em outras avaliações de desenvolvimento e que cada local possui características e metas específicas, constatou-se que não há critérios de desempenho para muitos indicadores.

Assim, em relação a este aspecto, foi possível sugerir um conjunto de informações para mensuração dos indicadores sem especificar os critérios de desempenho. Em alguns casos, estes critérios devem ser definidos por especialistas de diversas disciplinas; em outros o município deverá estabelecer quais objetivos pretende alcançar em relação às questões envolvidas.

Outra constatação é a de que a utilização do conjunto de indicadores sugeridos ou de outros conjuntos, só será possível se o município e outras organizações realizarem de forma sistemática a coleta de um elenco de dados necessários para mensuração dos indicadores.

A partir dos resultados obtidos é possível apontar possibilidades e necessidades de trabalhos futuros, tanto do ponto de vista acadêmico quanto técnico.

Em termos de pesquisas, sugere-se a realização do mesmo estudo, mas, consultando especialistas, tanto vinculados ao tema desenvolvimento e outras disciplinas envolvidas com sua avaliação, quanto aqueles com trabalhos em turismo sustentável na Amazônia. Este estudo também poderia incluir outros temas e indicadores sugeridos pelos atores do município e destacados nesta pesquisa.

Outra questão não resolvida e que merece atenção é o estabelecimento de critérios de desempenho para os indicadores, especialmente aqueles que envolvem opinião e análise de técnicos e especialistas nos respectivos assuntos.

À prefeitura de Guajará-Mirim, aos órgãos gestores do turismo e organizações envolvidas com a questão, sugere-se tomar iniciativas de definir, por meio de um processo de planejamento de curto, médio e longo prazos, metas para os diversos aspectos do turismo do município e iniciar a coleta de informações, sem as quais não há possibilidade de realizar uma avaliação do turismo do município que contemple os aspectos relevantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Beatriz Bittencourt. **Turismo e Sustentabilidade no Município de Florianópolis**: uma aplicação do Método da Pegada Ecológica. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2006.

BECKER, Bertha K. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo : ed. Brasiliense, 2a. ed., 1994.

BANCO MUNDIAL: **Desarrollo Sostenible en un Mundo Dinámico**, Informe sobre el Desarrollo Mundial, Panorama General, Washington, D.C., 38 pp. OMT 1997 a – b. 2003.

BELL, S., e MORSE, S. *Sustainability indicators: Measuring the immeasurable*. London: Earthscan, 198 pp. 1999. Earthscan Publication Limited. Castro, C. (2004) www.indercience.metapress.com/index/pdf. Acessado em 24.04.2008.

BELLEN, Hans M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005 e 2007.

BRAGA, Tania Moreira et al. **Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

BRASIL JR, Antonio C.P. **Fundamentos para o desenvolvimento sustentável**. 2002. Disponível em: www.transportes.gov.br/CPMA/FundDesenSust090902.pdf. Acesso em: 20 set. 2008.

CERON, Jean-Paul e DUBOIS, Ghislain. **Construire et communiquer les indicateurs de développement durable**. Retour sur quelques expériences dans le domaine du tourisme. 2005. Disponível em: www.tec-conseil.com/docsPDF/evalusfe.pdf.

CERON, Jean-Paul e DUBOIS, Ghislain. **Tourism and Sustainable Development Indicators: the Gap between Theoretical Demands and Practical Achievements**. Current Issues in Tourism, 6(1). pp.54-76, 2003. www.tec-conseil.com/docsPDF/evalusfe.pdf.

CHÁVEZ, E.S. ; OSORIO, J.A. **Turismo y Sustentabilidad: de La Teoría a La Práctica em Cuba**. Cuadernos de Turismo, No. 17; pp. 201-221, 2006.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**. Elsevier, v.27, p.1274-1289, 2006. Disponível em: www.elsevier.com/locate/tourman.pdf. Acesso em: 27.02.2008.

CINTRA, Heitor de Brito. **Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural: uma proposta para Aldeia Velha, município de Silva Jardim – RJ e região do entorno**. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense. Niterói: s.n., 2004. Disponível em: www.capes.gov.br/estudos/dados/2004-Teses. Acessado em 23.04.2008.

COSTA, Gleimíria Batista da. **Indicadores e índices de desenvolvimento sustentável do município de Guajará-Mirim (RO)**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA). Porto Velho. 2008.

DORIA, Carolina R. C. & AZEVEDO-RAMOS, Claudia, **Ecoturismo na Amazônia: Alternativa de Renda para comunidades Locais?** Porto Velho: EDUFRO, 2007.

D.R.E. SIET-MAC - **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia**. Institutos de Estatística dos Açores, Madeira e Canárias, aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III-B. 2006.

FERREIRA. IVP Madalena. **Percepção popular dos beneficiários do Planaflo**. Pesquisa aplica em Machadinho do Oeste, Ouro Preto e Guaiará-Mirim, Porto Velho. Agosto e Setembro/1994, PNUD (digitado)-Consultor: Luiz Eduardo Baptista.

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente. Projeto Gestão Ambiental para Biodiversidade. Proposta Elaborada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO em 23/03/03. Fórum Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, 2004.

GUIMARÃES, Roberto. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas. In: BECKER, K. Bertha, MIRANDA, Mariana (orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 13 – 46.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais. Projeto PRODES Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite/dados por municípios. 2007. Disponível em: www.obt.inpe.br/prodes/index.html. Acessado em 29.10.08.

IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. **World conservation strategy**: living resource conservation for sustainable development. Gland, Switzerland & Nairobi, Kenya: IUCN/ UNEP. WWF, 1980.

KIECKHÖFER.A.M. **Indicadores de Sustentabilidade**: a possibilidade da mensuração do cotidiano. 2005. www.prodema.ufc.br/revista/c01n01_art.04.pdf. Acessado em 24.04.2008.

KO, T. G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, n. 26 p. 431-445.2004/2005. www.elsevier.com/locate/tourman. Acessado em 14.02.2008.

_____; Department of Convention Management, **Hallym University**, 907-13, Daechi Dong, Kangnam Gu, Seoul 135-841, South Korea, Received 8 August 2003; accepted 23 December 2003. www.linkighub.elsevier.com/retrieve. Acessado em 14.02.2008.

_____; Assessing progress of tourism sustainability. **Annals of Tourism Research**, 28(3), 817–820.2001. [www.matkailu.org/jarvimatkailu/pdf/amja Ecoorism.pdf](http://www.matkailu.org/jarvimatkailu/pdf/amja_Ecoorism.pdf). Acessado em 14.02.2008.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: ROCA. 2002.

MAPA. do **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico**: Primeira aproximação, I:1.000.000. ITERON. Porto Velho. 1998

MARIALVA, Valber Gomes. **Diagnóstico Socioeconômico**: Programa de Emprego e Renda - Guajará-Mirim. SEBRAE/RO. 1999.

MATOS, Carlos. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização: alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K., MIRANDA, Mariana (orgs). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997, p. 103 – 126.

MC & A. Consultoria e Assistência Empresarial - **Marco Zero de Guajará-Mirim** . Guajará-Mirim. 1995.

MONIZ, Ana Isabel Damião de Serra Arruda. **A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores**. 2006. www.iturismo.pt/resoures/down/isabel_moniz.pdf. Acessado em 17.06.08.

Mowforth, A., & Munt, I. **Tourism & sustainability: new tourism in the third world.** London, UK: Routledge. 1998.

NESS, B. et.al. Categorising tools for sustainability assessment. **Ecological Economics** 60, 498–508. 2007.

OECD, Organization For Economic Co-operation And Development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the state of the environment. Paris: OECD, 1993. Rumo ao desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais. Tradução Ana Maria S.F. Teles. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, Salvador, 2002. 244p.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** 5ª. Ed. São Paulo: Atlas 2005.

OMT. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos.** Guía práctica. Calle Capitán Haya, 42. Madrid, España. 2004 e 2005.

_____. **Guía para Administraciones Locales: desarrollo turístico sostenible.** Madrid.1999

_____. **Lo que todo gestor turístico debe saber: Guía práctica para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible.** Madrid. 1997 a.

_____. **Desarrollo turístico sostenible.** Guía para planificadores locales, Organización Mundial del Turismo. Madrid.1997 b.

_____. **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais.** Brasília: Embratur. Orams, M. B. Towards a more desirable form of ecotourism. *Tourism Management*, 16(1), 3–8. 1995.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The Barometer of sustainability: a method of assessing progress toward sustainable societies.** International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources and PADATA, 1995.

_____. **Barometer of sustainability: Measuring and communicating wellbeing and sustainable development.** In IUCN, *An approach to assessing progress toward sustainability: Tools and training series for institutions, field teams and collaborating agencies.* Gland: IUCN. 1997.

_____. **The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and environment.** Washington: Island Press, 2001.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SIENA, Osmar. **Método para avaliar desenvolvimento sustentável.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Florianópolis, EPS/UFSC, 2002.

SIENA, Osmar. COSTA, Gleimíria. OLIVEIRA, Oleides. **Desenvolvimento sustentável: discussão conceitual**. Curitiba. 2007.

SILVA, J.A, J.Mendes, M. Guerreiro. **Construção de indicadores de avaliação da qualidade no turismo**. Projeto de Investigação. Relatório final. VI.01. Universidade do ALGARVE: Faro, 2001.

SILVESTRE, Ronie Peterson. **Situação do turismo no espaço rural em Rondônia: Um Enfoque Mercadológico**. Dissertação (Mestrado em Administração. Universidade Federal de Rondônia). Porto Velho, 2008.

SIRAKAYA, E. et.al. **Developing tourism indicators for destination sustainability**. In D. B.Weaver (Ed.), *The encyclopedia of ecotourism* (pp. 411–432). New York, NY: CAB International. 2001.

TUNSTALL, D. Developing environmental indicators: definitions, framework and issues. In: **Workshop on Global Environmental Indicators**. Washington, DC. Dec. 7-8, 1992. Washington, DC: World Resources Institute, 1992.

TUNSTALL, D. **Developing and using indicators of sustainable development in Africa: an overview** (Draft paper). Prepared for the Network for Environment and Sustainable Development in Africa (NESDA). Thematic Workshop on Indicators of Sustainable Development, Banjul, The Gambia, May 16-18, 1994.

UNCSD – United nations commission on sustainable development. **Indicators of Sustainable development**. New York: UN CSD, 1996.

_____. **Indicators of sustainable development**. New York : UN CSD, 2001.

_____. **Revising indicators of sustainable development - Status and Options**, New York : UNCSD 2006.

UNDP. United Nations Development Program. **Human development reports series**. New York : Oxford University Press, 1990, 1994 e 1996. www.scielo.br/pdf/rlae/v4n1/v41a08.pdf. Acessado em 22.02.2008.

UNDP. **Development Human Report 2000**. UNDP, 2001. Disponível em <<http://www.undp.org.br/hdr/hdr2000>>. Acessado em 20/03/2008.

UNEP-DPCSD. The role of indicators in decisions-making. In: **Indicators of Sustainable Development for Decision-Making Workshop**, 1995, Ghent, Belgium. Proceedings ...1995.

UNEP/WTO. **Makin tourism more sustainable: a guide for policy maker**. 2005. Disponível em: <<http://www.uneptie.org/pc/Tourism/library>>. Acessado em 20/06/2008.

WACKERNAGEL, M., Lewan, L., Borgstro`m Hansson, C. Evaluating the use of natural capital with the ecological footprint: applications in Sweden and Subregions. *Ambio* 28, 604_/612. 1999a.

WACKERNAGEL, Onisto, L., Bello, P., Callejas Linares, A., Lo'pez Falfán, I.S., García, J.M., Guerrero, A.I.S., Guerrero, M.G.S. National natural capital accounting with the ecological footprint concept. **Ecological Economics** 29, 375_/390. 1999b.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our ecological footprint**. Gabriola Island, BC and Stony Creek, CT: New Society Publisher, 1996.

_____. et al. **Ecological of nations**: how much nature do they use? How much nature do they have? Toronto: Earth Council for the Rio + 5 Forum, 1997.

_____. and J.D. Yount, Footprints for sustainability: The next steps, **Environment, Development and Sustainability** 2 (2000), pp. 21–42.

WEAVER, D.B., LAWTON, L. **Sustainable tourism**: A critical analysis. CRC for sustainable tourism research report series, Research report 1, Gold Coast, Australia: CRC Sustainable Tourism. 1999.

WTO/WTTC/EC - World Travel & Tourism Council. **AGENDA 21 for the Travel & Tourism** Industry. Towards Environmentally Sustainable Development. 1995. Disponível em: <<http://www.wttc.org/promote/agenda21.htm>>. Acesso em: 20.05. 2008.

ZUCARATO, A. G. Uso de indicadores na pesquisa em turismo. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, RS, Brasil. 2006. Disponível em: www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/prograduação/turismo. Acessado em 24.04.2008.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
 PESQUISA: TEMAS E INDICADORES RELEVANTES PARA AVALIAR TURISMO
 SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
 COORDENADOR/PESQUISADOR: Prof. Dr. Osmar Siena
 PESQUISADORA: Prof^a. Msdra Oleides Fr^a de Oliveira

QUESTIONÁRIO
 PRIMEIRA PARTE

DADOS DO RESPONDENTE

1. Tipo Organização Onde Trabalha [ou está vinculado(a)]: <input type="checkbox"/> Órgão Público <input type="checkbox"/> Empresa Privada <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Sindicato ou Associação <input type="checkbox"/> Outro
2. Idade (anos): <input type="checkbox"/> 18 a 25 <input type="checkbox"/> 26 a 35 <input type="checkbox"/> 36 a 45 <input type="checkbox"/> 46 a 55 <input type="checkbox"/> Mais 55
3. Escolaridade: <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado-Doutorado
4. Área de Atuação:

SEGUNDA PARTE TEMAS E INDICADORES RELEVANTES PARA AVALIAR TURISMO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
<p>Este questionário visa identificar os TEMAS e INDICADORES relevantes para avaliar turismo sustentável o município de Guajará-Mirim. São apresentados Temas e Indicadores potenciais, agrupados por dimensões. O respondente deve indicar, nos quadrinhos, o grau de importância ou relevância de cada tema e de cada indicador. Se considerar que existem outros temas ou indicadores relevantes, fazer inclusão no espaço reservado.</p>
<p style="text-align: center;">No contexto deste questionário entende-se por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Turismo Sustentável: consiste num fenômeno histórico, social e espacial que propicia o desenvolvimento de uma atividade econômica, tanto na produção de serviços quanto no consumo desses por aqueles que buscam o lazer com qualidade de vida. • Dimensões: representam as grandes preocupações que devem ser incluídas na avaliação da sustentabilidade, servindo para agrupamentos dos temas. • Temas: são preocupações chaves; características do lugar ou da sociedade que devem ser considerados para se ter uma visão adequada de suas condições. • Temas Relevantes: temas que, na visão do respondente, devem ser considerados para avaliar turismo sustentável do Município de Guajará-Mirim. • Indicadores: são instrumentos para avaliar, estimar, mostrar, medir e apontar as condições de determinada região. Para diagnosticar se a área esta sendo desenvolvida com sustentabilidade. • Indicadores Relevantes: são os indicadores que, na visão dos respondentes, devem ser considerados para avaliar turismo sustentável do município.

TEMAS	INDICADORES
Indique a importância de cada um dos temas utilizando uma escala de 1 (um) a 10 (dez), sendo <u>1 sem importância e 10 máxima importância.</u>	Indique a importância de cada dos indicadores utilizando uma escala de 1 (um) a 10 (dez), sendo <u>1 sem importância e 10 máxima importância.</u>
DIMENSÃO: ECONOMIA	
TEMAS	INDICADORES
Emprego <input type="checkbox"/>	Empregados do setor turístico por atividade; <input type="checkbox"/>
	Mão-de-obra importada (de fora da cidade); <input type="checkbox"/>
	Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total; <input type="checkbox"/>
	Salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade; <input type="checkbox"/>
	Grau de qualificação dos trabalhadores em turismo. <input type="checkbox"/>
Economia local/ Rentabilidade do turismo <input type="checkbox"/>	Peso do Turismo na Economia local. <input type="checkbox"/>
Investimento <input type="checkbox"/>	Investimento Público e Privado em Turismo <input type="checkbox"/>
Preços dos serviços Turísticos <input type="checkbox"/>	Evolução dos Preços Turísticos <input type="checkbox"/>
DIMENSÃO: ATIVIDADE TURÍSTICA	
TEMAS	INDICADORES
Oferta turística <input type="checkbox"/>	Tipos de turismo oferecidos. <input type="checkbox"/>
Intensidade turística <input type="checkbox"/>	Intensidade do turismo no período de pico (pessoas/hectare). <input type="checkbox"/>
Receita <input type="checkbox"/>	Estada média; <input type="checkbox"/>
	Origem dos turistas <input type="checkbox"/>
	Gasto turístico <input type="checkbox"/>
	Perfil do turista <input type="checkbox"/>
	Ocupação em estabelecimento de hospedagem <input type="checkbox"/>
Qualidade/Satisfação do turismo <input type="checkbox"/>	Estabelecimento com certificação de qualidade <input type="checkbox"/>
	Grau de satisfação dos turistas <input type="checkbox"/>
	Reclamação recebidas dos turistas <input type="checkbox"/>
Grau de sazonalidade do turismo <input type="checkbox"/>	Turista por mês ou trimestre <input type="checkbox"/>
	Desemprego na temporada baixa <input type="checkbox"/>

DIMENSÃO: MEIO AMBIENTE	
TEMAS	INDICADORES
Preservação da Natureza <input type="checkbox"/>	Percentagem de área protegida; <input type="checkbox"/>
	Orçamento de conservação do local onde existe a atividade turística; <input type="checkbox"/>
	Percentual da comunidade local que trabalha em atividade preservação; <input type="checkbox"/>
	Nível de atividade destinada a envolver os turistas em tarefas de proteção; <input type="checkbox"/>
	Turistas que recebe material sobre preservação; <input type="checkbox"/>
	Espaços naturais protegidos/grau de naturidade do meio. <input type="checkbox"/>
Número de espécies <input type="checkbox"/>	Ecosistemas frágeis <input type="checkbox"/>
Gestão Ambiental <input type="checkbox"/>	Consumo de água atribuível aos turistas; <input type="checkbox"/>
	Consumo de eletricidade atribuível aos turistas; <input type="checkbox"/>
	Produção de resíduos sólidos atribuível aos turistas; <input type="checkbox"/>
	Gestão de resíduos. <input type="checkbox"/>
DIMENSÃO: SOCIEDADE E CULTURA	
TEMAS	INDICADORES
Comunidade Local <input type="checkbox"/>	Satisfação dos residentes com o turismo; <input type="checkbox"/>
	Reclamações apresentadas pelos residentes; <input type="checkbox"/>
	Serviços sociais disponíveis para a comunidade, decorrente do turismo; <input type="checkbox"/>
	Utilização das infra-estruturas hoteleiras pelos residentes; <input type="checkbox"/>
	Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região; <input type="checkbox"/>
	Grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infra-estrutura para beneficiar a comunidade local. <input type="checkbox"/>
Demografia <input type="checkbox"/>	Turistas médio por Km ² ; <input type="checkbox"/>
	Proporção entre turistas e população nativa (maior frequência). <input type="checkbox"/>

Impacto na Renda Familiar <input type="checkbox"/>	Aumento/diminuição da renda familiar (média); <input type="checkbox"/>
	Aumento/diminuição dos gastos familiares. <input type="checkbox"/>
Saúde e Segurança <input type="checkbox"/>	Crimes denunciados/em que tem visitantes implicados; <input type="checkbox"/>
	Visitantes acusados de crime; <input type="checkbox"/>
	Visitantes sobre a gravidade do problema da criminalidade. <input type="checkbox"/>
Condições de Acesso <input type="checkbox"/>	Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências; <input type="checkbox"/>
	Transporte público apropriado para pessoas com deficiência; <input type="checkbox"/>
	Hotéis com habilitação acessível a pessoas com deficiência. <input type="checkbox"/>
Patrimônio e Cultura Local <input type="checkbox"/>	Residentes que continuam usando trajes típicos, os costumes, o idioma, a cozinha local/ e práticas culturais; <input type="checkbox"/>
	Aumento/diminuição de atividades culturais ou eventos tradicionais <input type="checkbox"/>
	Turistas que assistem os eventos; <input type="checkbox"/>
	Locais e estruturas que reúnem as condições para receber tombamento e são efetivamente tombado; <input type="checkbox"/>
	Recursos destinados anualmente para restauração, conservação e manutenção de bens culturais. <input type="checkbox"/>
DIMENSÃO: INSTITUCIONAL	
TEMAS	INDICADORES
Planejamento <input type="checkbox"/>	Planos e Programas com foco em turismo e sustentabilidade; <input type="checkbox"/>
	Contribuição econômica anual do turismo e projetos para a comunidade. <input type="checkbox"/>
	Gasto anual no setor turístico. <input type="checkbox"/>
Informações sobre turismo sustentável <input type="checkbox"/>	Número e tipos de meio/canal utilizados para promover o turismo sustentável. <input type="checkbox"/>
	Pessoas que tem acesso a informação. <input type="checkbox"/>
	Satisfação da comunidade com a qualidade e quantidade de informação que recebe sobre questões turísticas e sustentabilidade; <input type="checkbox"/>
	Visitantes que recebem informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua visita ao destino turístico. <input type="checkbox"/>

SUGESTÕES DE TEMAS E INDICADORES RELEVANTES	
TEMAS	INDICADORES
1. <input type="checkbox"/>	1. <input type="checkbox"/>
2. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>
3. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>

APÊNDICE - B

- DADOS DOS RESPONDENTES**
- DADOS E RESULTADO SOBRE RELEVÂNCIAS DOS TEMAS E INDICADORES**

DADOS DOS RESPONDENTES			
Tipo Org.	Idade	Escolaridade	Área Atuação
Sind./Assoc.	46 a 55	Fundamental	Transporte Terrest.
Emp. Privada	A/ 55	Superior	Hotelaria
Órg. Público	36 a 45	Superior	Aud.Fiscalização
Órg. Público	36 a 45	Especialização	Meio Ambiente
Órg. Público	46 a 55	Especialização	Sec. Fazenda
Órg. Público	46 a 55	Superior	Gerência
Entid. Religiosa	A/ 55	Superior	Religiosa
Sind./Assoc.	46 a 55	Especialização	Presidência
Emp. Privada	36 a 45	Especialização	Gerência/Geral
Órg. Público	36 a 45	Especialização	Educ. Física
Sind./Assoc.	36 a 45	Ens. Médio	Presidência
Órg. Público	36 a 45	Ens. Médio	Sec. Cul. e Turismo
Emp. Privada	36 a 45	Especialização	Ag. de Viagens
Emp. Mista	36 a 45	Especialização	Gerência Financeira
Emp. Privada	A/ 55	Ens. Médio	Comerciante
Sind./Assoc.	46 a 55	Ens. Médio	Social e Cultural
Órg. Público	46 a 55	Ens. Médio	Sec./Chefe de Gabinete
Órg. Público	26 a 35	Superior	Meio Ambiente
Órg. Público	46 a 55	Ens. Médio	Saneamento Básico
Emp. Privada	36 a 45	Ens. Médio	Hotelaria/Pousada
Sind./Assoc.	26 a 35	Ens. Médio	Transporte Aquaviário
Emp. Mista	26 a 35	Superior	Financeira
Órg. Público	36 a 45	Superior	Polícia Cível
Órg. Público	A/ 55	Superior	Assist. Social
Emp. Privada	26 a 35	Ens. Médio	Gerência
Órg. Público	46 a 55	Mest./Doutorado	Docente Ens.Superior
Órg. Público	36 a 45	Especialização	Consulado Brasil/Bolívia
Sind./Assoc.	36 a 45	Superior	Assoc. Comercial
Órg. Público	36 a 45	Especialização	Delegado Polícia Federal
Emp. Privada	46 a 55	Ens. Médio	Restaurante
Órg. Público	46 a 55	Superior	Sec.Munic. Esportes
Órg. Público	18 a 25	Superior	Meio Ambiente
Órg. Público	36 a 45	Especialização	Adm. e Planejamento

Órg. Público	36 a 45	Superior	Sec. Educ. Esporte/Estadual
Sind./Assoc.	46 a 55	Especialização	Presidência
Emp. Privada	26 a 35	Superior	Hotelaria
Órg. Público	36 a 45	Ens. Médio	Corpo de Bombeiros
Emp. Privada	46 a 55	Especialização	Comerciante/Docente

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)